



VIVA O COMUNISMO !

N 5 MAIO 1972

DO IMPERIALISMO AMERICANO

- página 2 A GUERRA DO VIETNAM NA ESTRATÉGIA DO IMPERIALISMO AMERICANO
- página 27 "A ESQUERDA DE CUNHAL" TODOS OS GATOS SÃO PARDOS (continuação)
-3ª Parte: As cisões (de 1966 a 1969-70))
- página 52 AVISO AO LEITOR

características-se pelo domínio do capi-
tal financeiro.
O que é o social financeiro vá-
-lo-emos no espaço que segue da evo-
lução do capitalismo.

(1) O capitalismo financeiro

O regime de livre concorrência,
que caracteriza toda a primeira fase
do capitalismo, apresenta consigo a
tendência para a concentração. As en-
presas economicamente mais fortes,
porque dispoñdo de mais capital, de
maior e mais aperfeiçoado maquinário,
vão eliminando as mais fracas.

Não há dúvida de que a guerra e
informações sobre a guerra do Viet-
nam dos povos do Vietnã e de toda
partida americana no Vietnã há
muito tempo para estabelecer a
"pa" de seu domínio sobre o povo
vietnamita são plenamente conhecidos.
A recente generalização da guerra a
toda a Indochina, a união cada vez
maior dos povos vietnamita, khmer e
laos na luta contra o agressor comum,
a concentração, a disciplina e
as deserções crescentes no lado das
forças armadas americanas, são tão
evidentes que os próprios jornais
dizem de propósito e eles sabem
um largo espaço.

Este artigo diz-se, pois, de
lado esse aspecto propriamente nazi-
tivo de que tem sido a guerra do
Vietnã para aportar um grande fundo
mental de guerra e porque de gran-
te, da chacinha, do dispêndio de ener-
gia e vidas humanas, do espaço que
potencialmente se apresenta de lado

jornal teórico dos Comitês Comunistas Revolucionários
Marxistas-Leninistas

A GUERRA DO VIETNAM

NA ESTRATÉGIA

DO IMPERIALISMO AMERICANO

Não faltam em Portugal dados e informações sobre a guerra de libertação dos povos do Vietnam e de toda a Indochina contra o imperialismo americano.

Os eventos, as etapas, as vitórias das forças guerrilheiras, a impotência do gigantesco potencial bélico americano para estabelecer a "paz" do seu domínio sobre o povo vietnamita são amplamente conhecidos. A recente generalização da guerra a toda a Indochina, a união cada vez maior dos povos vietnamita, khmer e lao na luta contra o agressor comum, a desmoralização, a indisciplina e as deserções crescentes no seio das forças armadas americanas, são tão evidentes que os próprios jornais diários da burguesia a eles dedicam um largo espaço.

Este artigo deixará, pois, de lado esse aspecto propriamente narrativo do que tem sido a guerra do Vietnam para abordar um ângulo fundamental da questão: o porquê da guerra, da chacina, do dispêndio de energias e vidas humanas, do empenho aparentemente desproporcionado da inter-

venção americana. A chave do problema, o elemento que permitirá entender a rigorosa lógica interna da intervenção americana no Vietnam irá ser a análise do imperialismo e, em seguida, a análise do imperialismo americano e da sua estratégia, da sua linha de desenvolvimento, das suas lutas e das suas ambições.

I) O IMPERIALISMO

Economicamente o imperialismo caracteriza-se pelo domínio do capital financeiro.

O que é o capital financeiro vê-lo-emos no esboço que segue da evolução do capitalismo.

A) O capital financeiro

O regime da livre concorrência, que caracteriza toda a primeira fase do capitalismo, arrasta consigo a tendência para a concentração. As empresas economicamente mais fortes, porque dispoem de mais capital, de maior e mais aperfeiçoado maquinismo vão eliminando as mais frágeis,

num processo irreversível. Os meios empregados são vários, mas todos resultantes da posição de supremacia que a maior disponibilidade de capital determina: assim, uma empresa mais rica canalizará em seu proveito as matérias-primas melhores ou as mais vantajosas, reduzindo o mercado de abastecimento das outras empresas; atrairá a si a mão-de-obra mais jovem e mais qualificada; introduzirá um mecanismo mais moderno e que permitirá rentabilizar em maior grau a produção; poderá, durante um período mais ou menos longo, baixar os preços dos seus produtos no mercado, de modo a obter nelas quer apenas uma pequena margem de lucro, quer até um prejuízo temporário, vendendo abaixo do preço de custo, para eliminar os seus concorrentes; a empresa mais fraca, colocada já pelo conjunto dos outros elementos numa posição de inferioridade, pela qual a sua produção será de menor qualidade e de preço mais elevado, não podendo aguentar este último tipo de concorrência, irá à falência. O seu sector de produção e de vendas será então apropriado pela empresa mais poderosa. Deu-se, nesta altura, uma concentração.

Este processo industrial repetido milhares de vezes, à escala de toda a área abrangida pelo modo de produção capitalista, foi concentrando num número cada vez mais restrito de empresas de dimensões cada vez mais gigantescas o conjunto da produção da indústria mundial.

O avanço da técnica e a descoberta de novas fontes de energia nos 20 ou 30 últimos anos do século passado trouxeram consigo a necessidade de grandes investimentos e vastas unidades de produção. Grandes blocos de indústrias diversas foram reunidos sob uma só empresa. Nas empresas "combinadas" — por oposição às "puras" — diversos ramos industriais encontram-se associados sob uma mesma direcção, representando quer fases sucessivas da elaboração de uma determinada matéria-prima, quer

ramos industriais que, embora distintos, se encontrem uns face aos outros numa posição de complementaridade.

(Exemplo dos primeiros, as empresas que abarcam desde a fundição de metais até à feitura das mais precisas maquinarias; exemplo das segundas, o caso recente, na indústria francesa, da empresa produtora das garrafas ter passado a controlar a produção industrial de cervejas, refrigerantes, sumos, e na indústria portuguesa, da principal empresa produtora de cervejas e refrigerantes, a Sociedade Central de Cervejas, controlar já grande número de empresas de produção de garrafas, etc.)

Foi no início do século XX que se generalizou a formação de monopólios e que a fase da livre concorrência chegou ao seu termo. De ora avante será um punhado de gigantes a controlar a produção mundial e ainda a competir — mas numa escala sem comuns limites com a anterior — uns com os outros. Ter-se-á entrado na fase do imperialismo.

A concorrência exercer-se-á agora pela posse das fontes de matérias primas, pelo apetrechamento técnico sempre mais desenvolvido que o dos rivais (e para isso as empresas financiarão coortes de investigadores científicos, cujas descobertas lhes pertencerão, prontas a ser adoptadas na produção quando a concorrência com um rival exija o emprego de meios mais poderosos), pela posse de mercados próprios e seguros que sirvam de desembocadouro à gigantesca massa de produtos fabricados, pela posse de mão-de-obra rentável (i.e., barata e em boas condições físicas ou em más condições mas com gerações sucedendo-se rapidamente) (1). A luta pela posse de todos estes elementos de produção será feroz e arrastará sempre novas vitórias e derrotas; os derrotados serão então anexados pelos vitoriosos e o processo de concentração prosseguirá. Alguns dos meios utilizados pelos monopólios para eliminar os outsiders (ou seja, os que ainda não pertencem ao monopó

lio) são enumerados por Lenine em O imperialismo, fase final do capitalismo (citando a obra de um economista alemão, Kestner):

"1) privação das matérias primas (um dos procedimentos mais importantes para obrigar a entrar no cartel)";

"2) privação de mão de obra mediante 'alianças' (isto é, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos aceitem trabalho apenas em empresas cartelizadas)";

"3) privação de meios de transporte";

"4) privação de mercados";

"5) acordo com os compradores para sustentar relações comerciais apenas com os cartéis";

"6) diminuição sistemática dos preços (com o objectivo de arruinar os 'outsiders', quer dizer, as empresas que não se submetem aos monopólistas, gastam-se milhões para vender, durante um tempo determinado, a preços inferiores ao custo...);

"7) privação de crédito";

"8) declaração de boicote."

A cúpula de todas as concentrações dá-se com o aparecimento do capital financeiro (isto é, da união do capital bancário com o capital industrial, sob o predomínio do capital bancário).

Os bancos conhecem também um processo de concentração monopolista. Os pequenos bancos vão sendo eliminados pelos fortes, que quer os absorvem directamente, quer os subordinam a si, pelo controle sobre a maior parte do seu capital. Este último processo, chamado "participação" no capital de bancos mais fracos, processa-se a vários escalões, segundo os quais um banco muito forte pode chegar a controlar dezenas de outros bancos menores, pela participação em primeiro grau num certo número de bancos "sociedades filiais" que por sua vez participarão no capital de um número já mais vasto de bancos menores (em que o banco inicial participa em segundo grau), ban-

cos esses que participarão no capital de outros que lhe sejam inferiores e assim por diante.

O resultado desta concentração em tão grande escala é que, de meros intermediários de certo tipo de pagamentos, os bancos se transformem em instituições monopolistas dispostas da quase totalidade do capital monetário de um país.

Foi esta transição fundamental que se operou nos inícios do século XX e que, tal como a concentração monopolista da indústria, marcou a passagem do capitalismo à sua fase imperialista.

Na fase do capitalismo imperialista processa-se a união cada vez mais íntima e orgânica da indústria e da finança, sob a hegemonia desta última.

Esta união é o resultado da grandeza nova das forças em jogo:

Os bancos aplicam o capital nelles depositado no desenvolvimento industrial. Assim, através dos bancos, o capital depositado transforma-se em capital activo, isto é, rende. Essa reprodução do dinheiro depositado não se opera, pois, no interior do banco; ela resulta da aplicação desse dinheiro, como capital, no desenvolvimento industrial. Os capitalistas industriais recorrem, portanto, aos bancos, para deles obter o crédito necessário à expansão industrial sempre maior. Quando esta concessão de créditos e a concentração das empresas a que se destinam atingem proporções muito elevadas, os bancos que são capazes de os fornecer (e que já eliminaram pela concorrência os que o não seriam) têm também a possibilidade de controlar a actividade dos capitalistas industriais, concedendo ou restringindo essa concessão de créditos. Conhecendo exactamente o estado dos negócios de cada grande empresa, pelo volume dos seus depósitos bem como pelos seus pedidos de crédito, os bancos distinguirão criteriosamente aquelas que será rentável apoiar (leia-se: e, por esse modo, dominar) das que se deverá dei-

xar ir à ruína, ou acelerá-la mesmo, para as vir a integrar no bloco de outras mais potentes. Assim a indústria passa a estar sob a dependência da finança.

Os bancos orientarão a concentração em monopólio, promoverão o desenvolvimento industrial e técnico, assegurar-se-ão o controle das fontes de matérias primas e o domínio dos mercados para o escoamento dos produtos.

A consequência lógica deste processo de ingerência financeira progressiva será a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, expressa formalmente na entrada dos directores dos bancos para os conselhos de administração das empresas. Paralelamente, o Estado, pelo intermédio de membros do governo, terá sido misturado a esta grandiosa estrutura capitalista e a ela estarão por conseguinte vinculadas as suas opções basilares (3).

É esta fusão dos grandes bancos com a grande indústria que determina o aparecimento do capital financeiro, esse capital que, fornecido pelos bancos, irá fazer mover e crescer cada vez mais a indústria capitalista.

Este processo realizou-se à escala mundial. Isto significa que um cada vez mais pequeno número de grandes bancos de certos países economicamente mais poderosos irá dominar todo o movimento financeiro do resto do mundo capitalista, através do controle sobre bancos filiais, tanto no interior como no estrangeiro, em relação aos quais a oligarquia financeira pratica a política de exportação de capitais.

B) A exportação de capitais

A exportação de capitais é extremamente lucrativa para o imperialismo. A entrada num país em que predominem formas económicas pré-capitalistas permite ao capital controlá-lo economicamente, ou seja,

impôr preços baixos de compra de matérias primas ou da terra, impôr preços elevados de mercado de produtos manufacturados, obter mão de obra barata, realizar enfim um lucro muito mais elevado do que permite o investimento na metrópole. Além disto, os termos em que um empréstimo é feito contêm sempre condições altamente vantajosas para o país que faculto o empréstimo; e a não menos comum delas é mesmo a obrigação de empregar uma parte importante do empréstimo em compras de produtos ao país que emprestou.

Por outro lado, a penetração nesses países em que são dominantes formas económicas pré-capitalistas vê as oportunidades de realizar grandes lucros de algum modo limitadas pelas próprias condições de estagnação impostas pelo imperialismo: a procura será restrita no seu mercado e o atraso ou a inexistência de indústria determinarão um marasmo económico que, se por um lado é fruto do imperialismo, não deixa por outro de lhe ser prejudicial. Assim a penetração nos países industrializados trará, para as super-potências, as vantagens de conquista de mercados muito mais vastos de consumidores, bem como o de aproveitamento dos circuitos comerciais coloniais ou neo-coloniais já formados por esses países.

A exportação de capitais é, portanto, a via privilegiada para o desenvolvimento do capital financeiro. Daí a penetração febril do capital dos grandes Estados imperialistas nos circuitos económicos de todo o restante mundo capitalista e a formação de gigantescas associações internacionais de monopólios para a conquista de territórios de controle. E daí o facto de num período mais ou menos curto as possibilidades de penetração terem sido esgotadas e a repartição do mundo em zonas de controle e exportação de capitais ter chegado ao seu termo.

A partir desse momento a exportação de capitais encontrou um limi-

te. Não há mais zonas livres. A repartição do mundo acabou. Toda a incidência de esforços de cada bloco será agora por um lado a protecção das zonas que controla, por outro a tentativa de fazer passar zonas de outros blocos para o seu — pela paz das manobras e dos acordos ou pela guerra.

C) Crises e guerras

O controle das fontes de matérias primas destinadas à indústria das grandes potências imperialistas será um dos aspectos mais determinantes da luta pelo domínio de territórios. O desenvolvimento insurável da industrialização faz do abastecimento em matérias primas um dos problemas mais graves a resolver; a posse, ou o domínio efectivo, de territórios que contenham as matérias primas fundamentais para a grande indústria (tanto as já conhecidas como as potenciais) é, por conseguinte, uma necessidade imperiosa para os grandes Estados imperialistas, não só no aspecto de garantia de abastecimento, como no de hegemonia sobre os outros Estados adversários: todo o território sobre o qual um Estado exerça domínio constitui um sector que nenhum outro Estado pode explorar directamente e todo o acréscimo de domínio nas mãos de um Estado representa um decréscimo do poder dos seus adversários. Isso irá garantir ao imperialismo o controle da produção e do preço de mercado dos produtos terminados (4).

Entre as matérias primas que o imperialismo deverá controlar, um lugar importante será ocupado pelos chamados materiais estratégicos, ou seja, "pelos materiais que são considerados importantes para o potencial militar do país e em que dificuldades de abastecimento podem ser previstas" (Harry MAGDOFF, A Idade do Imperialismo, Paris, 1970, p.50). Serão objecto de programas de stockagem (armazenagem) especiais e rigorosos. E será particularmente sinto

mático da necessidade imperiosa do controle das fontes de matérias primas estrangeiras pelos USA ler num relatório do "International Development Advisory Board" ("Comissão Internacional Consultiva para o Desenvolvimento", comissão especial formada pelo presidente dos USA nos anos de 1950) que "3/4 dos materiais importados incluídos no programa de stockagem vinham de países subdesenvolvidos". E o "President's Board" escreve ainda: "...é na direcção desses países que nós devemos procurar a maior parte de um qualquer aumento possível destes aprovisionamentos. A perda de um desses materiais, pela agressão, seria equivalente a uma grave derrota militar" (id., p.51).

O controle de mercados externos para a colocação e escoamento dos produtos da sua indústria será outra das necessidades estruturais do imperialismo. A produção sob o regime dos monopólios não é susceptível de ser planificada para responder ao volume da procura do seu mercado nacional; as características específicas da concorrência entre os monopólios exigem a realização de lucros gigantescos por parte de cada concorrente e, para isso, que a produção se processe a uma escala não só muitíssimo elevada como em permanente crescimento: cada concorrente tem de aumentar num ritmo cada vez mais acelerado o seu nível de produção para obter maiores lucros, para suplantarem os outros concorrentes, para controlar uma maior parcela da produção no seu sector e desse modo poder mais livremente estabelecer as suas modalidades e o seu preço de mercado.

Este tipo de desenvolvimento terá como consequência que a mais ou menos breve prazo o mercado interno do país imperialista e o mercado externo por ele controlado estarão saturados, ou seja, que a oferta de produtos ultrapassa a procura — é a crise. A solução para as empresas é, a partir desse momento, tentar

alargar o mercado externo, conquistando novos mercados. Cria-se, assim, um novo teatro de concorrência: os mercados externos. A luta dos imperialistas entre si pelo controle desses mercados assumirá uma acuidade cada vez maior. Além disso, quanto mais vastos são os mercados, mais amplas são as repercussões produzidas pela saturação na absorção dos produtos. As crises de superprodução atingirão por isso proporções cada vez mais catastróficas.

Esta dupla necessidade de controlar fontes de matérias primas — em particular as mais importantes formas de energia que não se encontrem nas suas regiões, ou apenas existam em quantidades insuficientes para assegurar um crescimento sempre maior (como exemplo, o petróleo) — e de controlar mercados externos de escoamento da super-produção da indústria imperialista, põe ao imperialismo a necessidade de expandir cada vez mais a sua área de domínio. Enquanto houve espaços "livres" na superfície da terra, a expansão fez-se pela ocupação colonial; agora que nenhum território do mundo está já "disponível", as necessidades de expansão de cada bloco imperialista têm de resolver-se pelo reajustamento entre blocos. Quando os meios pacíficos dos acordos e das chantagens de vária ordem surtam efeito, as novas partilhas das esferas de influência efectuar-se-ão por essa via "pacífica". Quando esses processos estiverem esgotados, os blocos passarão, naturalmente, à guerra. Sob forma de conflitos localizados, nas áreas sobre que especificamente incidem as ambições de domínio no momento (um exemplo actual é a guerra entre os blocos imperialista americano e social-imperialista soviético pelo controle do petróleo no Médio-Oriente; cf. a análise feita em Viva o Comunismo! n.º 2-3) ou, em última instância, sob forma de conflitos generalizados, de guerras mundiais.

Vemos, assim, que na fase impe-

rialista o capitalismo sofre crises cada vez mais generalizadas e violentas e que, como consequência dessas crises, resultam periódicas partilhas do mundo, a que os blocos imperialistas procedem, nomeadamente por meio da guerra. A inevitabilidade das crises e a permanente ameaça de guerra na fase imperialista — eis duas conclusões que Lenine sublinha em polémica contra Kautsky. Transcrevemos:

"Alguns escritores burgueses (aos quais se uniu agora Kautsky, que traiu completamente a sua posição marxista, por exemplo, de 1909) expressaram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalantar a esperança da paz entre os povos sob o capitalismo. Esta opinião é, sob o ponto de vista teórico, completamente absurda e, sob o ponto de vista prático, um sofisma, um meio de defesa pouco honrado do oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que grau cresceram agora os monopólios capitalistas e quais são os objectivos da luta que se processa entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos aclara o sentido histórico-económico dos acontecimentos, pois a forma de luta pode mudar e muda constantemente como consequência de causas diversas, relativamente particulares e temporais, mas a essência da luta, o seu conteúdo de classe não pode mudar, enquanto subsistam as classes. (...) Os capitalistas repartem o mundo, não em consequência da sua particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir este caminho para obter lucros; e repartem-no 'segundo o capital', 'segundo a força'; outro modo de repartição é impossível no sistema de produção de mercadorias e do capitalismo. A força varia por vezes consoante o desenvolvimento económico e político; para compreender o

que está a acontecer, há que saber quais são os problemas que se resolvem com a transformação das forças, mas saber se as transformações em questão são puramente económicas ou extra-económicas (por exemplo, militares) é uma questão secundária(...) Substituir a questão do conteúdo da luta e das transacções entre os grupos capitalistas pela questão da forma desta luta e destas transacções (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista" (LENINE, O Imperialismo, fase final do capitalismo, Moscovo 1947, ed. em espanhol, pags.96-98). (Segundo Kautsky)"o imperialismo não é o capitalismo contemporâneo, mas apenas uma das formas da política do mesmo (...) Verlar com palavras as contradições existentes, esquecer as mais importantes, em vez de as descobrir em toda a sua profundidade: eis aqui em que consiste a teoria de Kautsky, que nada tem a ver com o marxismo. (...) 'Sob o ponto de vista puramente económico — escreve Kautsky — não é impossível que o capitalismo passe todavia a uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultra-imperialismo', isto é, o super-imperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta dos mesmos, a fase da cessação das guerras sob o capitalismo, a fase da 'exploração geral do mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente'. (...) É possível o 'ultra-imperialismo', 'sob o ponto de vista puramente económico', ou é um ultra-disparate?(...) O capital financeiro e os trusts não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento das várias partes da economia mundial. E, se a correlação de forças muda, como podem resolver-se as contradições sob o capitalismo se não pela força?" (id., ps.121-122 e 126). Que outro meio podia haver que não seja a guerra para suprimir a des-

proporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação do capital, por um lado, e a repartição das colónias e das "esferas de influência" para o capital financeiro, por outro?

Hoje, os revisionistas contemporâneos, que constituem na realidade um bloco imperialista, o que adiante analisaremos com um pouco mais de detalhe, adoptam o conteúdo das teses de Kautsky. A seu respeito dizem os camaradas do P.C. da China, em A propósito da Carta Aberta do comité central do PCUS, V- Duas linhas diferentes na questão da guerra e da paz (Pequim 1963, ps.9-11): "Não há mentira mais monstruosa do que a que apresenta ao inimigo principal da paz mundial como um anjo da paz. (...) Os dirigentes do PCUS consideram (...) que os principais representantes do imperialismo americano estão empenhados na paz. Pretendem que apareceram homens 'sensatos' capazes de encarar lúcidamente a situação. E Eisenhower e Kennedy são os representantes desses homens 'sensatos'. (...) É evidente que os autores da carta querem ignorar os próprios dados mais elementares do marxismo-leninismo. Numa sociedade de classes, não existe bom-senso situado acima das classes. O proletariado tem o seu bom-senso próprio e a burguesia o dela. E, por bom-senso, entende-se a capacidade de elaborar uma política em função dos interesses fundamentais da sua classe e de agir em função da posição fundamental da sua classe. O bom-senso de Kennedy e quejandos consiste em agir em função dos interesses fundamentais da burguesia monopolista dos Estados Unidos e é um bom-senso imperialista. No momento em que a relação internacional das forças de classe se torna cada vez mais desfavorável para o imperialismo, que a política de agressão e de guerra do imperialismo americano conhece constantemente o fracasso, os imperialistas americanos vêm-se obrigados a camuflar-se cada vez mais frequentemente sob o manto da paz. (...) Mas,

tal como a sua política de guerra, a sua falsa política de paz está ao serviço da 'estratégia mundial' do imperialismo americano". E, nas pags. 15-20, escrevem: "Está estabelecido que os imperialistas, com os Estados Unidos à frente, preparam activamente uma nova guerra mundial e que o perigo de guerra existe" mas "as forças socialistas adquiriram uma superioridade esmagadora sobre as forças imperialistas" e "a possibilidade de conjurar uma nova guerra mundial aumentou, tal como a possibilidade para os países socialistas de assegurar a sua edificação num ambiente de paz". Mas "Khruchchev afirmou (...) que a possibilidade de conjurar uma nova guerra mundial é a única possibilidade existente, e que não existe o perigo de ver surgir uma nova guerra mundial (...) que a possibilidade de impedir uma nova guerra mundial significa a possibilidade de impedir todas as guerras e que a teoria leninista sobre a inevitabilidade das guerras enquanto exista o imperialismo estaria ultrapassada. (...) Khruchchev e os outros proclamam ruidosamente que é possível evitar todas as guerras e realizar 'um mundo sem armas, sem exércitos e sem guerra' enquanto o sistema imperialista exista ainda. Esta linguagem identifica-se com a teoria do 'ultra-imperialismo' de Kautsky, que fracassou há já muito tempo. O seu objectivo é mais do que evidente. Querem fazer crer aos povos que sob o sistema imperialista seria possível realizar uma paz perpétua e contam, desta maneira, suprimir a revolução, suprimir a guerra de libertação nacional e a guerra civil revolucionária contra o imperialismo e os seus lacaios, ajudando na realidade o imperialismo a preparar uma nova guerra".

D) As consequências do imperialismo na consciência política da classe operária do país imperialista

O domínio dos países e zonas co

loniais fornecem ainda ao imperialismo a possibilidade de atenuar a consciência revolucionária do seu movimento operário interno, à custa dos superlucros obtidos na exploração do povo e do proletariado coloniais.

Esse desvio da consciência política é empreendido por duas formas fundamentais:

a) a da corrupção directa dos dirigentes sindicais e dos dirigentes políticos reformistas, que passam a estar directamente ligados aos interesses do imperialismo;

b) a da atenuação de certas tensões sociais do país, através da satisfação de determinadas reivindicações sindicais.

Ambos os meios serão financiados pelos superlucros de origem colonial e darão origem a uma camada social específica dos países imperialistas, a "aristocracia operária", que ficará, deste modo, directamente interessada na exploração imperialista.

Mas, contra certas ideologias em voga (guevarismo, "socialismo tecnocrático"), que pretendem que a classe operária dos países imperialistas teria deixado de constituir o agente activo da transformação revolucionária da sociedade porque teria deixado de ser explorada, convém deixarmos bem claro o seguinte:

A classe operária, toda a classe operária é, sob o modo de produção capitalista, a classe revolucionária, porque é ela que produz a mais-valia de que o capital se alimenta e reproduz, e porque só ela está colocada numa situação objectiva que lhe permite resolver as contradições do capitalismo, ou seja, socializar os meios de produção. Em cada país capitalista e, portanto, também no interior dos países imperialistas, a classe operária é a classe explorada. O conceito de exploração — eixo em torno do qual se move o capitalismo — não é uma noção quantitativa. O que constitui uma noção quantitativa é o montante do salário, forma

pela qual se exprime a exploração da classe operária. As variações do salário podem ter um efeito na consciência política dos proletários, mas em nada alteram o facto de que estes são os explorados porque o salário é precisamente a expressão dessa exploração. Os imperialistas, satisfazendo até certo ponto parte das reivindicações salariais do conjunto da classe operária do seu país, e criando através de salários relativamente elevados uma "aristocracia operária" que constitui um sustentáculo social do imperialismo, produzem como vimos efeitos na consciência política da classe operária do seu país, mas em nada alteram o facto de que essa classe operária é, no país, a classe explorada, a produtora de mais-valia. É precisamente porque esses operários continuam a ser explorados que os efeitos referidos na sua consciência política, se bem que da maior importância a curto ou médio prazo, são, a longo prazo, inoperantes. Quando o proletariado e os povos dos países oprimidos pelo imperialismo se erguem contra ele em lutas revolucionárias, agravando assim a crise geral do imperialismo, a primeira coisa em que o imperialismo irá reflectir esse agravamento será retirar à classe operária do seu país as parciais satisfações salariais que ia concedendo à custa da sobre exploração dos povos colonizados. Deste modo, deixando de conter as suas tensões sociais internas pela satisfação parcial das reivindicações sindicais, o imperialismo, nos momentos em que a sua crise se agudiza, passa a utilizar quase exclusivamente o outro meio ao seu dispor: a repressão policial, a proibição dos movimentos proletários, etc. Simplesmente, enquanto a primeira forma cloroformizava a luta de classes, esta segunda forma intensifica-a, agudiza-a, agravando assim mais ainda a crise do imperialismo. Deste modo, as lutas de libertação do proletariado e dos povos dos países oprimidos têm ainda como consequência a agudização da luta de

classe do proletariado no interior do país imperialista e a possibilidade de esse proletariado do país imperialista adquirir uma consciência política revolucionária. É desta acção combinada das lutas de libertação dos povos oprimidos, e do renascer das lutas operárias nos países imperialistas, que resultará a destruição pelo proletariado do modo de produção capitalista e a instauração da sociedade sem classes.

II) O PROCESSO DO IMPERIALISMO AMERICANO

Vai longe já o tempo em que o reinado colonialista da França sobre a Indochina chegou ao seu fim.

Da 2ª Guerra Mundial saem os EUA com a hegemonia sobre todo o bloco imperialista. A França, por seu turno, para quem a guerra marcou o agravamento de um declínio que já se vinha a verificar, vê-se impossibilitada de fazer face à luta de libertação do povo vietnamita conduzida pelo P.C. indochinês: retoma a luta no Vietnam poucos meses depois do final da Guerra e até 1954 sucede-se uma longa série de derrotas, que é incapaz de suportar. Obrigada a concluir a paz, é imediatamente substituída no seu papel de colonizadora do povo vietnamita pelo imperialismo americano.

Qual é a importância do Sudeste asiático para os EUA?

A) O imperialismo calcula a longo prazo

A manutenção de relações no Sudeste asiático é para o imperialismo americano de primordial importância.

Em primeiro lugar, trata-se de manter bases militares que possibilitem o cerco da China socialista e a ameaça permanente de uma guerra pensando sobre o povo chinês (além da Indochina, os EUA cercam a China com bases militares no Japão, na Formosa, na Coreia do Sul...); além disso, trata-se de opôr uma barreira aos movi-

mentos de libertação dos povos oprimidos, não só na própria Indochina, como preparando o terreno para uma próxima repressão dos movimentos populares do Paquistão, na Índia, em Ceilão, que esta década de 70 há-de ver alastrar-se vitoriosamente, e que começam já a despontar.

Em segundo lugar, a manutenção da Indochina, das riquezas do seu território e dos sobrelucros resultantes da exploração do seu povo, integram-se na luta do bloco imperialista americano contra o bloco imperialista soviético. Efectivamente, o Sul do Vietnam tem condições para ser um dos grandes produtores de arroz e o delta do Mecong é uma das regiões mais férteis da Ásia do Sudeste; uma exploração racional de todas as terras cultiváveis do Vietnam permitiria o abastecimento em arroz de toda a população da Ásia do Sudeste. A Ásia do Sudeste detém 80% da produção mundial de cauchu, o qual, apesar do fabrico de cauchu sintético, mantém para a indústria uma importância fundamental (Lê Thanh KHÔI, L'économie de l'Asie du Sud Est, PUF).

Mas, por mais pesadas que sejam estas razões, um problema se levanta: será rentável para o imperialismo suportar uma guerra em que só sofreu graves e constantes derrotas e do êxito da qual muitos políticos imperialistas duvidavam já há longos anos?

Vimos atrás que o imperialismo passou da fase de livre concorrência para a fase imperialista. Esta mudança impõe-nos desde já uma distinção fundamental: enquanto que uma grande empresa prosseguirá uma política de investimentos tendente a realizar os mais altos lucros possíveis no curto ou no médio prazo, as empresas gigantes e os governos imperialistas conduzirão uma estratégia que poderá, caso a caso, entrar em contradição com a obtenção de lucros a curto prazo: aquelas jogarão preferencialmente nos mais longos prazos, estes atenderão a imperativos estratégicos de controle e manutenção de zonas e

espaços comerciais na sua esfera, ainda que esse investimento seja economicamente deficitário. A lógica do imperialismo é distinta da da realização de um lucro determinado a partir de um certo investimento. Trata-se para ele da necessidade de manter no mundo "as portas abertas" ao seu comércio e aos seus investimentos — ou seja, por meio deles, ao seu domínio económico absoluto. É essa a lógica seguida no Vietnam — onde a desproporção abissal entre os investimentos e despesas de guerra e os lucros comerciais conseguidos é para muita gente um mistério insondável da política americana.

Para que as portas se abram ou se mantenham abertas o imperialismo americano recorre a um concurso de meios políticos, militares e económicos: desde a extensão de uma rede apertada de bases militares a 64 países (5), a uma marinha que controla os mares e as costas do globo, a uma CIA minando subterrâneamente de agentes secretos todas as nações do bloco, a uma rede de governos fantoches, fiéis executores das directivas dos EUA, mantidos no poder graças à corrupção e a uma ajuda militar poderosa e, finalmente, a uma cinicamente intitulada "ajuda económica", que não é mais do que a exportações de capitais e o manietar sem apelo da economia nacional do país "auxiliado".

B) Os EUA passam da situação de devedor à de credor

Subjacente a esta estrutura a posse de um potencial financeiro que controla o mundo imperialista ocidental, por meio dos investimentos de capitais e da extensão de uma rede vastíssima de filiais bancárias aos países estrangeiros, e que permite fazer do dólar o principal meio internacional de pagamento, de crédito e de reservas.

Esta posição privilegiada começou a firmar-se decisivamente nos primeiros anos da 1ª Guerra Mundial imperialista. Thomas W. Lamont, cita

do por Magdoff (p.78) determina os elementos fundamentais dessa mudança de poderes (o banqueiro mundial fora, até esse momento, incontestadamente, a Grã-Bretanha):

"1) Um grande número de industriais e comerciantes americanos fizeram excelentes negócios a partir de bens necessários em tempo de guerra;

"2) o aumento do comércio de guerra contribuiu para o aparecimento de um 'prodigioso excedente da balança comercial';

"3) este excedente permitiu aos Estados Unidos voltar a comprar divisas que estavam na posse dos investidores estrangeiros;

"4) a nova compra destas divisas contribuiu para a eliminação da hemorrhragia de divisas que servia para pagar juros ou dividendos aos agentes estrangeiros;

"5) em consequência, a passagem do estatuto de devedor ao de credor permitiu aos Estados Unidos apresentar maciçamente aos países estrangeiros e tornar-se desta maneira um beneficiário importante — em vez de um pagador — de lucros e dividendos."

C) O dólar — moeda internacional

Este conjunto de circunstâncias, adicionado ao enorme incremento dado ao comércio externo americano nas décadas seguintes, fizeram que o dólar cada vez mais aparecesse como moeda de reserva e meio de pagamento de transacções internacionais, sem suplantarem ainda, todavia, a libra esterlina (britânica). Só a devastação generalizada provocada na Europa pela 2ª Guerra Mundial e a bancarrota financeira das potências imperialistas europeias — oferecendo aos EUA uma bela oportunidade de aplicação de capitais sobre os escombros de uma Europa e de uma Ásia e sobre milhões de cadáveres sacrificados à hecatombe imperialista — viriam a facultar ao dólar a supremacia financeira no mundo.

É ainda em Magdoff (pp.81-83),

que vamos ler uma ilustração do funcionamento deste mecanismo:

"O dinheiro entra no comércio dos países enquanto pagamento dos bens e dos serviços transportados de um país para outro. Quando um industrial americano vende um frigorífico a um cliente no Brasil, é pago em cruzeiros. O cruzeiro representa, de facto, um direito de compra sobre os bens e os serviços brasileiros: é utilizável apenas para comprar no Brasil. Se no entanto o industrial americano nada tem que comprar no Brasil, ele quererá unicamente dólares americanos, porque apenas poderá utilizar dólares para pagar a mão-de-obra, as matérias primas e os outros custos de fabrico do frigorífico e para realizar o seu lucro. Mas para ser pago em dólares, é preciso que haja um outro homem de negócios americano que tenha necessidade de cruzeiros: poderá então haver uma troca de cruzeiros por dólares. Evidentemente, só terão necessidade de cruzeiros os homens de negócios americanos que querem comprar produtos (ou serviços) brasileiros para os vender nos Estados Unidos, a nacionais americanos."

— Prossegue Magdoff:

"No comércio entre as nações, estas transacções são multiplicadas ao infinito, de tal maneira que as necessidades individuais dos importadores e dos exportadores são acumuladas por intermédio do sistema bancário e resolvidas ao nível da balança de pagamentos internacionais entre as nações. Se por exemplo o valor total das exportações é igual ao valor total das importações, não poderá aparecer um excedente de cruzeiros em que ninguém estaria interessado.

"No entanto, se as exportações e as importações não são equilibradas, convém então encontrar modos de pagamento aceitáveis para o país que comprou mais do que vendeu. O modo de pagamento universalmente aceite é, evidentemente, o ouro (porque, desde que a produção mercantil atingiu cer

to desenvolvimento, constitui a matéria susceptível de melhor servir como medida dos valores; nota nossa, "V. o C.!". (...) Na nossa época surgiram duas exceções à utilização do ouro como moeda de reserva internacional: a libra britânica e o dólar americano. Isto significa que outros países queriam (ou eram forçados pelas circunstâncias) a guardar estas moedas além (ou em substituição) do ouro".

A posse de reservas de um meio de pagamento universalmente aceite é necessária a um país cuja economia dependa de importações de matérias primas ou de meios de produção e, de um modo geral, em todas as conjunturas em que as importações sejam superiores às exportações.

Se as reservas desse país são constituídas por ouro, não existem, em princípio, quaisquer restrições à sua livre utilização pelo governo desse país. Se, porém, as reservas são constituídas por moeda de outro país, a sua utilização pode encontrar restrições: em princípio, uma moeda nacional vale apenas como meio de compra de bens ou de serviços emanados desse país. O dólar possui, contudo, um estatuto diferente, uma paridade com o ouro, como o estipula o Fundo Monetário Internacional:

"A paridade da moeda de cada membro será expressa em termos de ouro como denominador comum ou em termos de dólares americanos com o peso e o grau de pureza em vigor em 1 de Julho de 1944" (artigo IV do FMI, em MAGDOFF, p.83).

Assim, num movimento que se tem vindo a acentuar desde o final da 2ª Guerra Mundial, as reservas dos países do bloco capitalista ocidental em dólares são actualmente mais elevadas do que as reservas em ouro.

"Esta identificação do dólar com o ouro estabelece uma relação de dependência de todos os países capitalistas em relação aos Estados Unidos" (id., p.84). Em última análise, ela significa que, em momentos de crise, os países detentores de dólares ape-

nas poderão comprar produtos aos Estados Unidos. Mas ela significa fundamentalmente, para os Estados Unidos, que enquanto essa paridade seja internacionalmente aceite, os custos astronómicos das guerras — do Vietnam, da Indochina, e outras — e da manutenção da estrutura de controle político e militar do mundo capitalista poderão continuar a ser cobertos, como veremos.

D) O deficit permanente financiado pelas operações militares dos EUA

Um dos mecanismos mais eficazes para esse efeito é a emissão de moeda fiduciária (papel-moeda), operação que provoca o aumento de moeda em circulação e a conseqüente queda do valor-ouro que cada moeda representa.

"O símbolo de valor, o papel, por exemplo, que serve de moeda, representa uma quantidade de ouro expressa em termos monetários: é o símbolo do ouro (...) O símbolo do ouro representa um valor na medida em que uma certa quantidade de ouro possui um valor determinado enquanto tempo de trabalho materializado. (...) A quantidade de notas é, pois, determinada pela quantidade de ouro que representam na circulação, e como só são símbolos de valor enquanto representarem o ouro, o seu valor é puramente determinado pela sua quantidade (...) O valor das notas em circulação depende exclusivamente da sua própria quantidade (...) Se 14 milhões de £ constituíssem a soma de ouro exigida pela circulação das mercadorias, e se o Estado lançasse em circulação 210 milhões de notas de uma £, estas passariam a representar 14 milhões de £-ouro. O resultado seria o mesmo se o Estado tivesse representado com as suas notas de uma £ um metal quinze vezes menos precioso, ou peso de ouro quinze vezes mais pequeno (...) A quantidade de ouro representada por cada símbolo de valor teria diminuído na mesma proporção em que a soma total dos símbolos de valor teria aumentado" (Karl MARX, Crítica da economia política, ed. Pléiade, vol.I, pp.372,

376, 377-378).

No caso dos EUA, cuja moeda, o dólar, tem oficialmente a paridade-ouro, a emissão de moeda fiduciária para além dos limites em que corresponde à reserva de ouro é a fraude — legal — mais descarada do sistema capitalista. Com essa moeda, cujo valor real é necessariamente e cada vez mais inferior ao seu valor nominal (isto é, ao valor de ouro que ela diz representar), mas cujo valor legalmente estipulado é idêntico ao do ouro, os EUA financiam a sua chacina indochinesa, o seu programa de bases militares nos continentes e de esquadras nos mares, o seu auxílio à manutenção de governos "sólidos" nos pontos onde a revolução social eminente estivesse em vias de fazer sair essas zonas da sua esfera de influência, o seu programa económico de investimentos e concessão de empréstimos aos países estrangeiros. É precisamente com a diferença entre o valor real e o valor nominal do dólar que os EUA financiam estas actividades. É claro que os países que "beneficiam" dos empréstimos e investimentos dos EUA "beneficiarão" também da obrigação de os amortizar e ainda pagar as taxas de juros e lucros respectivas por meio de divisas americanas; ou seja, de consagrar a quase totalidade das suas exportações (de matérias primas necessárias à indústria americana...) ao pagamento do "auxílio económico"... "Beneficiarão" ainda da obrigação de abrir os seus mercados aos produtos da exportação americana, vendidos aos preços americanos, e a custear o respectivo transporte em navios, aviões e locomotivas americanas. A criação de crédito permite aos EUA esse supremo privilégio de possuir uma balança de pagamentos permanentemente deficitária desde o ano de 1950.

Porque é que as classes dominantes dos países submetidos ao imperialismo americano têm interesse em permitir este sistema ou, pelo

menos, são forçadas a aceitá-lo? Por um lado, porque o reforço militar dos EUA apoia a manutenção no poder das cliques ultra-reaccionárias e desprovidas, nos seus países, de uma base social suficientemente forte para, só por si, as manter no poder (ex.: São Domingos, Haiti, Vietnam do Sul, Guatemala, etc.); por outro lado, porque mesmo a economia nacional dos países imperialistas mais poderosos subjugados ao imperialismo americano é impotente para fazer frente à economia dos EUA (ex.: Rep. Fed. Alemã, França, etc.).

É precisamente esta última circunstância que prevalece quando se vê esses países continuarem a aceitar o dólar como moeda de reserva, quando em Maio de 1968 as reservas de ouro dos EUA se cifravam em 10.700 milhões de dólares e as reservas de dólares dos países estrangeiros montavam já a 31.500 milhões. Em Julho de 1971, as reservas de ouro dos EUA são já inferiores a 10.000 milhões de dólares, ou seja, o mais baixo nível atingido desde a grande crise de 1937, enquanto, ao mesmo tempo, existem em todo o mundo 45.000 milhões de dólares. Em meados de Agosto, a quantidade de dólares no exterior dos EUA é seis vezes superior às reservas de ouro dos EUA. E a grande crise de Agosto, no próprio momento em que escrevemos este artigo, demonstra os efeitos deste mecanismo que deverão conduzir a uma nova conjuntura de forças dentro do bloco imperialista, que não está no âmbito deste artigo analisar.

É claro que esta desproporção, que tende permanentemente a aumentar, cria um receio generalizado nos outros países quanto à instabilidade do sistema, minando o bloco imperialista americano, e começa a limitar a liberdade de acção dos EUA, sem ter no entanto a possibilidade de a neutralizar, o que mais ainda agrava as dissensões internas no bloco. E isso pelas razões já acima examinadas.

É assim que assistimos a esse

perturbante paradoxo de um país com um déficit crónico na sua balança comercial se ter simultaneamente tornado cada vez mais rico e poderoso. "De facto, é graças à própria existência desse déficit que o milagre se produziu" (MAGDOFF, p.108). E isso porque "a balança de pagamentos é utilizada para financiar no ultramar três tipos de actividades que assumem uma importância fundamental para a posição mundial dos Estados Unidos: o investimento privado, as despesas militares e o programa governamental de ajuda ao estrangeiro.

"Estas três actividades têm um traço comum: servem para sustentar e reforçar o contrôle" (id.): das matérias primas e dos mercados, por um lado, do conjunto do bloco imperialista face à "subversão", por outro. As dívidas contraídas com o sistema de empréstimos e a sua amortização conduzem, além disso, os países a quem é concedido auxílio económico a uma situação de total dependência face aos EUA.

E) Os empréstimos — reprodução e alargamento da hegemonia dos EUA

O auxílio económico força, aliás, na maior parte dos casos, o país "auxiliado" a abrir as suas portas ao investimento privado dos EUA. E como medida de protecção a estas pressões, que poderão ir até à chantagem da suspensão da ajuda económica, serão exercidas para que o país assine tratados comprometendo-se a não efectuar nacionalizações que afectem os investimentos americanos.

Magdoff (pags. 136-137) assina ainda uma forma particular de contrôle estabelecido pelos EUA:

"Quando a ajuda se efectua sob a forma de bens financiados por empréstimo americano, o governo que recebe é frequentemente obrigado a depositar num 'fundo de contraparte' o lucro que tira da venda desses bens nos mercados locais. Cerca de 10% das receitas regressam ao

governo americano para o pagamento das despesas locais da embaixada americana, das missões dos Estados Unidos, ou talvez dos membros do Congresso em viagem. Os restantes 90% ficam na posse do governo local, mas só podem ser utilizados para as despesas que tenham o acordo dos Estados Unidos.

"Além disso, os produtos agrícolas transportados em navios para os países sub-desenvolvidos (...) são também vendidos no interior de cada país pelas vias comerciais normais. O lucro destas vendas pertence, no entanto, ao governo americano. A moeda local possuída pelos EUA provem também de outros programas de ajuda, mas a maior parte provem das vendas (...) Este dinheiro é então utilizado para fins nacionais: são feitos empréstimos ao governo e a outros agentes económicos. Estas massas monetárias aumentam incessantemente, uma vez que são pagos juros sobre os empréstimos. Em numerosos países elas tomam proporções muito vastas. O modo por que são geridos esses fundos altamente substanciais pode afectar gravemente a liberdade de acção das autoridades económicas do governo que recebe".

Uma das tácticas psicológicas usadas para camuflar a intervenção directa demasiado brutal dos EUA é a utilização, como intermediários, de instituições internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, etc., nas quais os EUA efectivamente imperam.

Estas organizações negociarão com os países que pedem um empréstimo as condições da sua concessão e inflectirão, dessa maneira, a política geral desses países na direcção exigida pelos EUA. Uma das linhas mestras dessa política será a execução de um "programa de austeridade interno", que acarretará um aumento dos impostos, a diminuição dos salários, a supressão das despesas sociais e o aumento do custo de vida; o que irá degradar a um nível ainda mais baixo do que anteriormente as condições de

vida das classes trabalhadoras. Isto vai ainda permitir aos EUA encontrar nesses países mão-de-obra a preços ainda mais baixos, para as indústrias que aí lhe interesse estabelecer.

A dependência económica destes países relativamente aos EUA irá de terminar a dependência financeira: uma flutuação temporária na procura de matérias primas — a base fundamental da economia desses países, não industrializados ou apenas com indústria ligeira — determinará um déficit; para o cobrir, o país pedirá um empréstimo ao país credor. A partir desse momento uma parte importante das suas exportações deverá ser consagrada ao serviço da dívida, ou seja, à sua amortização e pagamento das taxas de juros — e não à importação de produtos necessários. Para poder efectuar essas importações, o país devedor deverá pedir um novo empréstimo, ou seja, endividar-se mais ainda. A dependência ir-se-á acentuando cada vez mais, a tal ponto que uma parte cada vez mais substancial da ajuda económica irá ser empregada não no desenvolvimento interno, mas no agravamento da dívida, atingindo-se em certos casos — como no da América Latina — situações inimagináveis, como a do período entre 1962 e 1966, em que "os pagamentos médios anuais do serviço da dívida pública externa de toda a América Latina eram de 1.596 milhões de dólares. Durante esses mesmos anos, a ajuda média anual dos Estados Unidos aos países da América Latina, sob a forma de empréstimos e de subvenções, montava a 1.213 milhões de dólares. Assim, a ajuda económica dos Estados Unidos não cobria sequer as exigências do serviço da dívida da América Latina no seu conjunto" (MAGDOFF, pp.149-150).

Além disto, a obrigatoriedade de pagar a dívida em divisas do país credor cerceia mais ainda as possibilidades de a remir mercê de um desenvolvimento mais intenso do país devedor:

Com efeito, para obter dólares para o pagamento da dívida, ele deverá exportar. Ora as exportações são constituídas fundamentalmente por matérias primas, não esqueçamos, cuja procura no mercado externo tende a manter-se num mesmo nível (excepção feita para o petróleo), ou mesmo a estagnar, graças a uma crescente eficácia técnica da sua utilização; por outro lado, ainda, a rentabilidade dessa exportação é meticulosamente restringida pelas barreiras alfandegárias americanas. Desta maneira, nunca as exportações conseguirão aumentar tanto, ou valorizar-se a um ponto tal, que permitam sair do círculo vicioso. E o país terá, irremediavelmente, de fazer apelo a novos empréstimos e assim se ir afundando mais na dívida externa.

F) A militarização da economia

Solidária desta estrutura é a militarização da economia. Começemos por examinar a importância propriamente económica da execução do programa militar:

No ano de 1958, a importância das exportações e das compras do governo federal dos EUA destinadas, na sua quase totalidade, a objectivos militares, constituiu uma percentagem de 20% a 50% da produção global dos EUA em bens de investimento não residenciais, e no que se refere à artilharia e à aeronáutica — as indústrias militares por excelência — as percentagens foram da ordem de 88,4% e 92,8% da produção total nesses ramos, respectivamente, sendo a quase totalidade desta elevadíssima percentagem constituída pelas despesas de guerra do governo federal: 86,7% no sector "artilharia e acessórios", 86,7% também no sector "aviões e peças soltas" (dados fornecidos por Magdoff, pp.182-183).

Se se pensar que estes números são anteriores à guerra do Vietnam, ter-se-á a noção de a que ponto a situação actual os deve ter aumentado.

Além disso, a produção de bens de equipamento destinados à procura militar oferece garantias especiais de continuidade e, por conseguinte, de segurança no investimento a longo prazo. É imprescindível à manutenção do poderio imperialista a posse e a renovação de um potencial bélico considerável.

O imperialismo cria, como vimos, os germens da sua própria destruição; à medida que a sua crise se agrava e que as lutas de libertação alastram, o imperialismo é obrigado a aumentar o seu potencial bélico, incrementando assim cada vez mais a indústria militar.

Por outro lado, a questão propriamente militar constitui um elemento directo da reprodução do sistema imperialista: a obtenção de alianças militares e de facilidades para a instalação de bases militares no estrangeiro é, em regra, mais uma transacção a nível governamental, em que o país que cede o acordo faz, ao mesmo tempo, o seu preço... consciente de que a mercadoria interessa e de que o freguês é endinheirado.

A grande maioria da "ajuda económica" concedida pelos EUA é destinada a objectivos militares. Segundo um relatório da Biblioteca do Congresso "apenas de 1/4 a 1/3 dos cento e quinze mil milhões de dólares gastos a título de ajuda estrangeira desde o fim da 2ª Guerra Mundial (...) foi consagrado ao desenvolvimento económico como tal" (citado por Magdoff, p.117).

Vemos, pois, que na fase imperialista o militar se entrelaça estreitamente com o económico, constituindo um elemento fundamental na reprodução alargada do sistema imperialista.

III) OS DOIS BLOCOS IMPERIALISTAS ACTUAIS

A) As ideologias imperialistas

Nenhuma forma económica se ma-

nifesta directamente enquanto tal. Ou seja, cada modo de produção possui a sua ideologia própria e é através dela que aparece primeiramente a consciência dos indivíduos.

Se um modo de produção determina um tipo geral de ideologia, cada fase e cada forma desse modo de produção, bem como articulação particular de modos de produção distintos, determinam sub-tipos específicos dessa ideologia geral.

Entendida a questão sob esta forma, deverá deixar de constituir uma dificuldade de análise o facto de formas económicas constituindo um mesmo modo de produção, ou modos de produção similares, se apresentarem sob vestimentas ideológicas por vezes bastante diferentes.

Assim é, por exemplo, que o capitalismo na fase da livre concorrência produziu formas ideológicas distintas das que a fase seguinte da evolução do capitalismo — o imperialismo — veio a produzir.

Nojo, cada bloco imperialista possui formas ideológicas específicas. Estas formas constituem um tipo ideológico geral — a ideologia imperialista. Mas, em virtude do antagonismo de interesses dos blocos imperialistas e dos tipos económicos particulares de cada um, cada bloco imperialista produz sub-tipos ideológicos distintos.

Não podemos esperar que os imperialismos combatam nus, apresentando como ideologia o seu próprio imperialismo.

Vejamos a História:

A guerra de 1914-1918 foi um afrontamento de dois blocos imperialistas — de um lado a França, a Inglaterra e a Rússia e, a partir de certa altura os EUA, do outro o Império Austro-Húngaro e a Alemanha. Tratava-se, no campo das realidades económicas, de decidir qual dos dois blocos dominantes submeteria o outro, qual obteria a parte do leão na nova repartição do mundo a que a conclusão da guerra conduziria. No campo da ideologia, no entanto, as motiva-

ções do confronto mundial apresentavam-se de uma forma completamente diferente: Tratava-se, para o primeiro dos blocos referidos, da luta da "democracia", da "liberdade" e do "direito" contra o militarismo prussiano e a opressão. Do lado do bloco Alemão-Austro-Húngaro, invocava-se a "ordem", o "progresso técnico" e a "subordinação germânica" contra a indisciplina e o amolecimento das burguesias ocidentais e contra o obscurantismo da Rússia czarista. Tratava-se, efectivamente, de repartir o mundo e de dominar vastos espaços coloniais. Por isso, tanto um como outro lado estavam de acordo quanto à "superioridade da raça europeia", ou seja, quanto à necessidade de defender e alargar o capitalismo que ela representava.

Duas décadas mais tarde, de novo os blocos imperialistas formados após a primeira guerra se defrontam para nova partilha do mundo. O bloco imperialista dos EUA, englobando a França e a Grã-Bretanha, contra o "eixo" fascista-militarista Berlim-Roma-Tóquio. Simplesmente havia um novo factor em jogo -- a URSS socialista, a pátria do proletariado de todo o mundo, o único país em que, nessa época, a classe operária detinha o poder. Este novo factor veio clarificar a situação. Se os dois grandes blocos imperialistas se degladiavam ferozmente pelas armas e, conseqüentemente, também pelas ideologias, em nome das "democracias" ou da "raça eleita", uniam-se no entanto face ao grande perigo que a ambas ameaçava: o comunismo. Por um lado, a diplomacia hitleriana esperou sempre, até ao final da guerra, que os EUA e a Grã-Bretanha concluíssem com a Alemanha um armistício que a deixasse conduzir a guerra na frente leste, contra a URSS socialista. Churchill, por seu lado, aproveitou a guerra para ajudar Hitler no trabalho de extermínio do proletariado revolucionário alemão. Um exemplo: quando a guerra se aproximava do fim, Hamburgo, que não oferecia no momento va-

lor estratégico, foi bombardeada pela aviação inglesa, que destruiu meticulosamente os bairros proletários com bombas incendiárias, num assassinato maciço dos seus habitantes. Era "Hamburg die Rote", Hamburgo a Vermelha, um dos mais fortes centros do proletariado comunista no coração da Alemanha nazi. E é hoje bem conhecida de todos a aliança dos EUA com os nazis alemães, de tal forma que a maior parte do pessoal político, administrativo e diplomático alemão, bem como os dirigentes dos serviços secretos da Alemanha nazi, foram conservados pelos EUA nos seus postos. Ao mesmo tempo que os dois blocos imperialistas se combatiam, a sua solidariedade contra a URSS socialista permitia a clarificação do carácter imperialista da guerra. A política dos partidos comunistas, nomeadamente do partido comunista da URSS, dirigido pelo camarada Staline, acentuaram ainda essa clarificação. Ao contrário dos revisionistas contemporâneos, os comunistas de então mostraram que tanto o nazi-fascismo como o parlamentarismo eram modos de opressão de uma mesma classe, a burguesia, e que a tarefa do proletariado consistia em agravar as contradições entre os dois blocos imperialistas. Se, para isso, os comunistas se aliavam tãcticamente a um ou a outro bloco, não era para apoiarem qualquer dos blocos, mas sim para salvaguardar a integridade da URSS socialista e para agravarem as contradições entre os imperialistas (6).

A guerra de 1939-1945 é, pois, um elemento fundamental para compreendermos como, sob ideologias imperialistas de diversos tipos, reside uma mesma base económica -- o imperialismo.

B) A social-democracia e o revisionismo são produtores da ideologia imperialista

O chauvinismo (patrioteirismo) dos partidos sociais-democratas e revisionistas encontra nas ideolo-

gias imperialistas a sua justificação idológica mais profunda. Não só: confunde-se mesmo com elas e é até um dos principais produtores da ideologia imperialista. A razão deste facto vem de a base de classe de terminante desses partidos ser a "aristocracia do proletariado" dos países imperialistas, ou seja, como vimos atrás, aquela camada da classe operária cujo nível de vida vai beneficiar directamente da exploração imperialista e cuja consciência política vai, por conseguinte, desradicalizar-se, apoiando os interesses do imperialismo.

Na guerra de 1914-1918, foi com os próprios termos das ideologias imperialistas de cada um dos blocos em luta que os revisionistas da época defenderam os interesses do imperialismo. Os revisionistas alemães, Kautsky na primeira linha, exortavam a classe operária a deixar-se massacrar em defesa dos interesses do imperialismo prussiano são palavras-de-ordem ideológicas da "defesa da civilização europeia" e da "luta contra o czar opressor". Os revisionistas franceses, por seu lado, invocavam como pretexto ideológico o militarismo prussiano para tentarem convencer a classe operária do seu país a morrer em defesa da grande finança.

Na segunda guerra imperialista, a social-democracia e os revisionistas (declarados ou disfarçados) vão subordinar a luta da classe operária contra a guerra imperialista, aos interesses políticos de um dos blocos imperialistas em campo (EUA-Grã Bretanha-França), recusando-se a transformar a resistência popular anti-fascista numa luta que conduzissem ao socialismo. A condução dos movimentos de resistência popular foi entregue à grande burguesia (nomeadamente em França), invocando uma ideologia patriótica e de aliança de classes. Desta forma a grande burguesia imperialista pôde servir-se da classe operária para expulsar os seus rivais do outro bloco

imperialista, e restabelecer a sua dominação... sobre essa mesma classe operária.

C) A nova burguesia da URSS cria o seu bloco imperialista

Da mesma forma, os revisionistas contemporâneos abandonaram a luta contra o imperialismo para defender um bloco imperialista — a URSS dos nossos dias.

Em virtude de uma evolução que não é objecto deste artigo analisar, mas cujos efeitos são hoje bem manifestos, a URSS de Lenine e Staline converteu-se num país imperialista, dirigida por uma nova burguesia. Uma grande parte das antigas democracias populares sofreu uma evolução semelhante. A nova burguesia da URSS, estreitando os laços políticos e económicos com as novas burguesias das ex-democracias populares, constituiu um bloco imperialista, que explora não só a classe operária da URSS, como também a classe operária dos países subalternos desse bloco imperialista, e o proletariado e os povos de uma série de países.

O tipo de relações da URSS com os países do seu bloco é semelhante ao que analisámos a propósito do imperialismo americano. Apoiando cliques reacçãoárias no poder, a URSS controla economicamente zonas do próximo Oriente e da África. É o caso, por exemplo, da RAU (República Árabe Unida), em que o golpe de Estado de direita da facção reacçãoária de Sadate firmou mais solidamente ainda o controle económico da nova burguesia da URSS sobre o Egipto. Da mesma forma em Cuba, apoiando a ala direita dos dirigentes cubanos, a nova burguesia da URSS impede o desenvolvimento industrial da ilha e força-a a restringir-se à monocultura açucareira, fazendo dela uma fonte de abastecimento em açúcar do bloco imperialista da URSS e um mercado de máquinas e matérias primas, que tem de comprar ao preço que a URSS lhe impuser.

A República da Mongólia, no en-

tanto, é o exemplo mais elucidativo. Apoiando a ascensão ao poder político de uma camada de burocratas e tecnocratas, nomeadamente do dirigente revisionista Yumjagun Tsedenbal, a nova burguesia da URSS inflectiu a política económica mongol, de forma a torná-la uma colónia sua. Enquanto que o terceiro plano quinquenal (1961-1965) previa "a transformação da Mongólia em país predominantemente industrial" e a sua passagem "de país semi-agrícola a país semi-industrial num futuro próximo", o quarto plano quinquenal (1966-1970) abandonava a industrialização e regressava a uma economia predominantemente agrícola. Em 1969, a agricultura recebeu mais créditos que a indústria; esta orientação foi agravada pelo quinto plano quinquenal (1971-1975), que programa o recuo do sector industrial e a limitação do país à agricultura e à criação de gado. Sem um sector industrial que lhe permita construir a sua independência económica, a Mongólia está dependente dos empréstimos da URSS. Sem uma indústria que lhe permita libertar-se dessa dívida, esta aumentará cada vez mais, transformando a Mongólia numa autêntica colónia da URSS. Em 1968, 100% das importações da URSS em gado bovino e caprino, 33% das importações de manteiga e 14% das de lã vinham da Mongólia. No entanto, como na Mongólia não há fábricas de lanifícios, todas as importações de lanifícios da Mongólia provêm da URSS. Ou seja: a URSS manufactura a matéria prima que importa da Mongólia a baixo preço, para seguidamente a vender à Mongólia a preços elevados. Desta forma, durante os últimos dez anos as exportações mongóis cobriram apenas cerca de 57% das importações (dados extraídos de Le Monde, 14 de Julho de 1971).

A base de classe do imperialismo da URSS é a burguesia de Estado, a qual constitui um capitalista colectivo. Os seus aliados políticos noutros países são de dois tipos: em primeiro lugar certas burguesias na-

cionais em ascensão e, em segundo lugar, a "aristocracia do proletariado" dos países imperialistas. A sua ideologia depura-se hoje cada vez mais das demagogias "socializantes" e afirma-se fundamentalmente como uma pura oposição ao bloco imperialista americano. Ou seja: trocou-se a luta contra o imperialismo por uma rivalidade contra o bloco imperialista dos EUA, com o objectivo, não de destruir o imperialismo, mas de proceder a uma partilha do mundo entre imperialismos. Daí que o critério actual de demarcação de campos para o revisionismo tenha deixado de ser a luta de classes, para passar a ser "a amizade com a URSS" — ponto a que se resume a ideologia dos partidos revisionistas actuais. E daí que a URSS ajude à repressão dos movimentos populares desses países "amigos": trata-se para ela de preservar os seus aliados, essas burguesias nacionais contra quem os movimentos populares se dirigem; fazendo-as perigar, é a própria posição da URSS nesses países do seu bloco que estará em perigo.

D) O neo-kautskismo

O neo-kautskismo contemporâneo é aquela tendência que não vê, sob a demagogia "socialista" da URSS, a expressão de um imperialismo. Para ela, há um único imperialismo — o americano — o ultra-imperialismo de Kautsky; como seu antagonista: o "mundo comunista", no qual incluem indiscriminadamente tanto os países socialistas (Albânia e China) e os países que se libertaram da tutela dos blocos imperialistas, como o bloco social-imperialista da URSS. Esta amálgama entre o bloco social-imperialista da URSS e os países libertos do imperialismo é, pois, o princípio ideológico em que se fundamentam os neo-kautskistas contemporâneos. Os defensores desta posição são os representantes ideológicos da burguesia da URSS e indirectamente das novas burguesias do "terceiro

mundo" — as que se eximiram ao imperialismo americano e encontraram sob o imperialismo da URSS a sua oportunidade de ascensão, bem como as que ambicionam poder vir a seguir essa via no futuro.

E) A dialéctica em que se move o proletariado nas lutas de libertação

Sair de um bloco imperialista não é, portanto, necessariamente, libertar-se do imperialismo. Pode-se, simplesmente, se uma linha autenticamente revolucionária não for seguida, cair sob a tutela de outro bloco imperialista e perpetuar, assim, a opressão e a exploração das massas trabalhadoras.

Nas várias frentes da luta contra o imperialismo americano é necessária uma política de alianças entre a classe operária e a burguesia nacional do país colonizado. Mas, para que a luta possua uma orientação verdadeiramente revolucionária e possa conduzir ao socialismo, é condição inalienável que a classe operária detenha o papel dirigente no seio dessa aliança de classes. Uma vez vencido o imperialismo americano, a continuação da luta até à libertação efectiva de quaisquer tutelas imperialistas e à construção do socialismo, impõe a luta do proletariado contra a burguesia nacional. Só a solidez política e a hegemonia da classe operária desde o início deste processo permitirão que a luta conduza ao socialismo.

Aliar-se com todos os estratos de classe interessados na Revolução Democrática Nacional, para se subtrair ao jugo do imperialismo americano. Combater de todos os estratos aqueles que mantiverem uma posição burguesa, para se libertar efectivamente de qualquer dos blocos imperialistas e construir o socialismo — Eis a dialéctica em que se move o proletariado nas lutas de libertação.

IV) A GUERRA DO VIETNAM

O imperialismo cria os seus próprios coveiros.

O modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que torna o trabalho cada vez mais social, restringe cada vez mais a propriedade dos meios de produção. Deste modo, o capitalismo agravá permanentemente as suas contradições internas e cria uma classe, o proletariado, que, pela sua posição no modo de produção, pode resolver essas contradições: tornar os meios de produção propriedade social, destruindo assim a burguesia e todas as classes.

O imperialismo, fase suprema do capitalismo, eleva a um maior grau as contradições deste, amadurecendo as condições objectivas da sua destruição.

A) O imperialismo cria os seus próprios coveiros no país colonizado

Em cada zona colonizada o imperialismo cria um proletariado, ou reforça (numericamente e em grau de concentração) o proletariado já existente. Cria desta maneira as condições objectivas que permitirão dar consciência às lutas de libertação e encaminhá-las num sentido verdadeiramente revolucionário. De cada país colonizado, o imperialismo faz uma arma que o há-de abater.

Ano após ano, vitória após vitória, a luta de libertação do povo vietnamita resiste aos computadores do Pentágono, à fina-flor das tropas de choque americanas, aos contingentes militares cada vez mais numerosos, aos bombardeamentos selváticos com fósforo, com napalm, com desfoliantes, com produtos tóxicos. Nunca o imperialismo se poderá render à evidência de que uma tal desproporção de forças entre os dois contendores conduza à vitória dos movimentos de libertação. O tigre de papel não poderá entender a resistência do bambu.

É que nenhuma classe opressora, colocada perante a evidência das suas derrotas, pode admitir que a razão da sua destruição seja a sua própria existência; será, em vez disso, leva a transformar as razões acessórias em razões fundamentais. Toda a luta

tem aliados. Será nestes que o imperialismo americano irá ver a causa da luta e dos seus próprios fracassos:

Começou por atribuir a luta de libertação do Sul do Vietnam à acção da República Democrática do Vietnam do Norte. Para os estrategas do imperialismo americano tratava-se portanto de atacar o Norte "para acabar com a guerra" no Sul. Segundo este processo, a guerra é sucessivamente alastrada ao Camboja "para acabar com a guerra" no Vietnam, e intensificam-se os ataques ao Laos "para acabar com a guerra" que é hoje, já, a de toda a Indochina.

Decidiu-se, por conseguinte, atacar os aliados para atacar o coração da luta. Desta forma, não só se alarga o coração da luta, como se reforça a aliança.

É este o conteúdo da política de "escalada" na Indochina. É este o conteúdo de todas as políticas de escalada (7).

B) No seu próprio país cria o imperialismo os seus próprios covi-ros

A perda de colónias ou de zonas colonizadas provoca sempre um agravamento da crise económica desse bloco imperialista. Esse agravamento determina uma diminuição da margem de manobra da burguesia face à luta do proletariado. Assim ficam criadas condições objectivas para uma maior radicalização da luta operária e uma mais profunda implantação da vanguarda do proletariado.

É uma resultante das dificuldades crescentes do imperialismo americano o agravamento das greves económicas nos EUA. Baixa de salários e taxa de desemprego cada vez mais elevada — duas tendências que se agudizam e aumentam o descontentamento da classe operária americana. John Connally, secretário americano do Tesouro, declarou significativamente em Julho de 1970 que era "um mito" que a taxa de desemprego pudesse permanecer em 4%, deixando portanto entender

que o capitalismo americano se prepara em breve para aumentar maciçamente o número dos desempregados (Le Monde, 13 de Julho de 1971). Hoje, a taxa de desemprego chegou nos EUA ao seu máximo desde o final da 2ª Guerra (Le Monde, 20 de julho de 1971). O agravamento da crise do bloco imperialista americano acentuará as lutas operárias e permitirá que essas lutas, de limitadamente sindicais, venham progressivamente a assumir uma consciência política cada vez mais revolucionária.

As formas mais revolucionárias dessa luta encontram-se hoje nos sectores economicamente mais explorados da classe operária: os Negros e os Porto-Riquenhos. No número anterior de Viva o Comunismo! foi analisada especificamente esta questão; para ele remetemos.

A resistência e a oposição à guerra assumem hoje nos EUA o significado de luta interna contra o sistema imperialista. As massas populares mostram-se cada vez menos decididas a continuar a servir de carne para canhão numa guerra de agressão a outro povo, para benefício do imperialismo que, hoje, as oprime cada vez mais. Serão os Negros — também neste sector os mais prejudicados — que terão o papel de vanguarda desta luta. Constituindo 11% da população total dos EUA os negros fornecerão, mercê da política de recrutamentos, do total dos combatentes que defendem na Indochina o imperialismo americano. Sofrem no exército a discriminação que conhecem na vida quotidiana, nos empregos, na habitação, no acesso à educação. São os mais oprimidos, os mais humilhados, os destacados para as missões perigosas, os que na política de promoções vêm, em igualdade de circunstâncias, perder sempre os lugares a favor dos soldados brancos.

Daí que no interior do próprio exército a sua resistência à guerra se tenha organizado, que proliferem os actos de deserção, de indisciplina

na e recusa de obediência a ordens. Desde 1944, em plena 2ª Guerra, que as deserções não haviam atingido o número a que se elevaram em 1971; em 1944 verificaram-se 63 deserções por 1000 soldados e, em 1971, 62,6 deserções por 1000 soldados (Le Monde, 12 de Agosto de 1971). No seio do exército proliferam as organizações de resistência fundadas por negros e as publicações de denúncia da guerra e incitamento à deserção. Algumas mesmo lançam a palavra de ordem de união dos trabalhadores brancos e negros para uma resistência comum à guerra e ao imperialismo.

C) O imperialismo não pode impedir a sua derrota

O Vietnam é, para o imperialismo americano, uma guerra perdida. Ainda que não possa reconhecer a sua inevitabilidade histórica, o imperialismo dos EUA tem consciência da sua derrota no Vietnam. Simplesmente, este facto, em que nós, marxistas, reconhecemos a etapa de uma evolução necessária — a destruição do imperialismo — aparece para os imperialistas como um acidente nefasto, porém isolado, e em que de modo algum vêem o sintoma da sua derrocada.

No Vietnam, no entanto, a causa militar está, mesmo aos olhos do imperialismo americano, decididamente perdida. Todo o jogo diplomático actual consiste em preparar uma saída nas melhores condições. A política de "vietnamização" é substituída à de escalada. As tropas americanas abandonam a Indochina.

O que é, ao certo, a "vietnamização"? Para lá das declarações oficiais e dos optimismos militaristas, em que ninguém acredita, não será ela a tentativa de não agravar mais a luta de classes no Sudeste Asiático e de substituir no poder a clique ultra-reaccionária actual por uma certa burguesia nacional? Não será a esperança de que, uma vez realizada a retirada militar dos ocupantes estrangeiros, que constituem um elemento

polarizador da luta de libertação, a burguesia nacional consiga neutralizar o processo de radicalização da luta de classes? Não será a esperança de que, deste modo, seja possível encontrar uma harmonização interna de classes em torno de um governo não inteiramente libertado do bloco imperialista americano, mas gozando de credibilidade interna, por se ter "oposto" à ocupação estrangeira?

É uma hipótese de explicação de uma política que, a ser tonada à letra das declarações oficiais — "as tropas indochinesas assegurarão a paz na Indochina", leia-se: as cliques ultra-reaccionárias poderão, sem o nosso apoio, manter-se no poder — seria uma demonstração da mais completa cegueira por parte dos EUA. Se o gigantesco arsenal bélico e as tropas de elite americanas não conseguiram quebrar a resistência popular, como ousar esperar que as cliques ultra-reaccionárias no poder o possam fazer?!

Esta nossa explicação da diplomacia da "vietnamização" é uma hipótese em aberto. Mas sublinhamos que as possibilidades de êxito dessa política se afiguram nulas. A própria inconsistência e hesitações da actual política americana em relação ao Vietnam é mais uma demonstração de que os EUA não têm qualquer saída possível, "vietnamizada" ou não, sem ser a derrota. As suas manobras diplomáticas poderão fazer alongar a derrota. Nunca a poderão impedir.

D) Da luta de libertação à construção do socialismo - o caninhão da revolução

Sair de um bloco imperialista não significa necessariamente libertar-se do imperialismo. Pode significar cair-se noutra bloco imperialista. Para conhecer o grau de risco de uma tal evolução, é preciso determinar a força real, por um lado, da classe operária, por outro,

da burguesia nacional.

A libertação do imperialismo, a recusa total das suas estruturas, qual quer que seja a ideologia com que se apresentem, exige que a classe operária mantenha a hegemonia na luta nacional contra o bloco imperialista. Em qualquer política de alianças, a direcção pertence necessariamente a uma, ou a outra, das classes aliadas. Por isso, o problema da hegemonia na luta é um problema fundamental da política de alianças. Em qualquer política de alianças, em qualquer fase da luta, só um proletariado guiado por um partido autenticamente marxista-leninista pode conduzir correctamente o processo revolucionário.

Esta questão tem, no processo da luta indochinesa, uma grande acuidade:

Nunca, de facto, o Partido dos Trabalhadores do Vietnam se pronunciou claramente contra o imperialismo da URSS e, no momento da invasão da Checoslováquia por forças militares do bloco da URSS, apoiou mesmo explicitamente essa intervenção.

Ora, conduzindo, numa vasta Frente Nacional, uma política de libertação nacional contra o imperialismo americano, é necessário que os comunistas indochineses lutem desde já contra o risco presumível de que as burguesias nacionais da Indochina tentem, após a libertação, colocar as nações indochinesas sob a tutela do imperialismo da URSS. Seria esta, para as burguesias nacionais, a forma de se estabelecerem como classe dominante, obstruindo o desenvolvimento do processo revolucionário. Só enveredando por uma firme via marxista-leninista, poderão os comunistas indochineses cumprir este programa traçado pelo camarada Ho Chi Minh:

"A revolução nos países coloniais e semi-coloniais é uma revolução democrática nacional. Para que ela triunfe, é necessário e possível formar uma Frente nacional muito ampla, unificando todas as classes e todas as camadas sociais que queiram libertar-se do jugo colonialista. Em par-

ticular, temos de nos lembrar de que o papel desempenhado pela burguesia nos países coloniais e dependentes em geral não é o mesmo que o papel desempenhado pela burguesia nos países capitalistas. A burguesia nacional pode ser levada a participar activamente na revolução democrática nacional.

"A revolução nos países coloniais e semi-coloniais é, em primeiro lugar, e antes de mais, uma revolução camponesa. Ela é inseparável da revolução anti-feudal. A aliança das grandes massas camponesas com a classe operária é a base fundamental sobre a qual uma Frente nacional ampla e firme pode ser formada. Também a reforma agrária constitui uma tarefa fundamental da revolução democrática nacional.

"Para conduzir a revolução nacional à vitória, e para percorrer as sucessivas fases do desenvolvimento de um Estado democrático nacional, a classe operária e o seu partido devem dirigir a revolução" (Ho Chi MINH, De la Révolution, Plon, Paris, 1968, p.420).

E) Conclusão

A luta de libertação do povo indochinês insere-se no conjunto da luta do proletariado e dos povos oprimidos de todo o mundo contra o imperialismo.

Cada vitória do proletariado sobre o imperialismo é uma vitória da classe operária de todo o mundo, um passo em frente no caminho do comunismo. Esta solidariedade de interesses e de luta constitui o internacionalismo proletário.

O internacionalismo proletário exige-nos, pois, à classe operária portuguesa:

1º) Que apoiemos directamente, onde e quando for possível, a heroica luta de libertação do povo indochinês, manifestando-nos contra o imperialismo americano e exigindo a sua completa retirada da Indochina

2º) Que apoiemos indirectamente

a justa luta do povo indochinês através da nossa própria luta, aliados ao campesinato pobre do nosso país, contra a burguesia portuguesa, contra o imperialismo americano, contra o social-imperialismo da nova burguesia da URSS e dos seus agentes.

O imperialismo americano e o social-imperialismo da URSS são hoje

os grandes inimigos dos povos, o obstáculo que eles terão de vencer para obter a sua efectiva libertação.

É esta a lição da luta dos partidos comunistas da República Popular da Albânia e da República Popular da China, os dois únicos países do mundo que se libertaram efectivamente do imperialismo.

NOTAS

(1) "... a duração do dia de trabalho é também limitada por fronteiras extremas, ainda que elásticas. O seu último limite é o da força física do trabalhador. Se o esgotamento diário das suas forças úteis ultrapassa um certo grau, essa força não poderá continuar a exercer-se dia após dia. No entanto, como já disse, esse limite é elástico. E gerações com saúde deficiente e vida curta, mas sucedendo-se rapidamente, abastecem o mercado de trabalho com tanta continuidade como uma série de gerações vigorosas e onde se morre de velho." Karl MARX, Salário, preço e lucro, ed. Pléiade, vol. I, p.528; ed. Sociales, 1966, p.68.

(2) Cartel: agrupamento de empresas independentes umas das outras sob o ponto de vista económico, técnico e financeiro, constituído para chegar a um acordo sobre os preços a fixar e para regulamentar a concorrência. Ao cartel pode-se chamar também "pool".

Trust: empresa única, resultante da fusão de diversas empresas.

Holding: sociedade financeira sem actividade produtiva própria que, por um sistema de participação, controla ou dirige diferentes empresas, conservando cada uma a sua personalidade jurídica.

(3) Por aqui se pode ver a denagogia reaccionária da Oposição republicana e revisionista, que aponta a entrada de membros do governo e da administração nos conselhos de administração das grandes empresas como uma "corrupção moral" — portanto, evitável com uma maior "moralização" — e não como uma lei necessária numa sociedade capitalista evoluida, só eliminável pela destruição do próprio capitalismo.

(4) É nesta perspectiva que se entende a conveniência para um pequeno número de sociedades petrolíferas norte-americanas de possuírem o controle de 2/3 do petróleo do mundo capitalista.

(5) Número de países nos quais as forças armadas americanas estão representadas:

América Latina	19
Extremo Oriente e Austrália	10
África	11
Europa	13
Próximo Oriente e Ásia do Sul	11

(em H.MAGDOFF, A Idade do Imperialismo. Paris, 1970, p.43)

(6) Numa época em que a situação do movimento comunista mundial não era muito propícia aos revisionismos, Álvaro Cunhal não encontrava o ambiente favorável a uma defesa clara das suas posições reformistas. Por outro lado, essa radicalização do movimento comunista internacional de então impedia que o reformismo de Cunhal enveredasse pela degenerescência que hoje todos lhe conhecemos e permitia-lhe até uma certa vivacidade de estilo. É assim que, há trinta anos, esse que hoje vemos um defensor encartado do parlamentarismo burguês não hesitava em declarar que o nazismo e a democracia burguesa são expressões do poder da mesma classe, e que essas diferentes formas políticas prosseguem os mesmos objectivos. "Nem Maginot, nem Siegfried", ou seja, nem a frente de batalha francesa, nem a frente de batalha alemã.

Gostávamos de saber se Álvaro Cunhal assinaria hoje as linhas que a seguir iremos transcrever. Uma sugestão: porque não reedita esse seu artigo no Avante!, a propósito, por exemplo, do Relatório sobre o novo programa do partido, apresentado ao VI congresso (1965) por Sérgio Vilarigues, membro do secretariado do comité central, e em que se lê: "... na fase actual, a insistência na crítica à democracia burguesa poderia conduzir ao enfraquecimento da crítica e do combate ao inimigo principal — o fascismo — e, conseqüentemente, enfraquecer as forças que são necessárias para derrubar a ditadura e conquistar a liberdade política."

Mas citemos algumas passagens do referido artigo de A. Cunhal:

"Cada qual defende a civilização, a justiça, a liberdade. Na linha Maginot se defende a civilização, a liberdade e a justiça. Cada qual tem por si os mais sagrados ideais da humanidade. Cada qual afirma ter tudo por si, porque cada qual tem necessidade de ter tudo por si. E, como se não pode desprezar nenhum aliado, até Deus está ao lado de cada qual.

"(...)

"Mas haverá na verdade alguma diferença profunda entre a Alemanha do sr. Hitler e a França do sr. Daladier ou mesmo a Inglaterra do sr. Chamberlain?

"(...)

"Sucede na época presente que os maiores inimigos, os donos da linha Maginot e os donos da linha Siegfried, são expressões do mesmo tipo na actual etapa da sociedade. Até a linguagem os identifica.

"Maginot e Siegfried, irmãs gémeas no gélido das suas armas, na serenidade dos seus cimentos, na teia dos seus arames farpados. Maginot e Siegfried, linhas do combate de um mundo contra si próprio. Fortalezas que se tenem, porque cada uma sabe que a derrota da outra pode representar a própria derrota. Em Maginot e em Siegfried: as mesmas causas, os mesmos objectivos, as mesmas justificações. Dum lado e doutro: o mesmo tom de voz, a mesma manobra de pulso. Maginot e Siegfried, futuras necrópoles de milhões de vidas! Álvaro CUNHAL, "Nem Maginot, nem Siegfried", O Diabo, Ano VI, nº285, Lisboa, 9 de Março de 1940, pp. 1 e 6.

(7) Sobre este processo, ver o artigo "A invasão da República da Guiné e o colonialismo marcelista", Viva o Comunismo!, nº4, Maio de 1971.

«À esquerda de Cunhal» todos os gatos são pardos (continuação)

3ª Parte: As cisões (de 1966 a 1969-70)

Analisámos nos artigos anteriores a FAP-CMLP (1) de 1964-65 enquanto expressão da segunda fase de um ciclo da "política de unidade" que se caracterizou pelo elevado grau de concentração da classe operária, relativamente aos ciclos anteriores. A ideologia da FAP-CMLP girava em torno de uma luta armada a desencadear de imediato. Na realidade, essa tendência para desencadear acções armadas não significava que o proletariado tivesse conduzido o processo revolucionário até à sua etapa superior, mas sim a tentativa de revolta contra a burguesia liberal, dentro dos limites da "política de unidade". Assim, tomando como aspecto determinante do processo uma questão que, na forma como se apresentava, era somente um efeito secundário desse processo, a FAP-CMLP estava impedida de ter uma visão científica do conjunto do processo e não poderia portanto ultrapassar a fase de que era expressão,

quando esta se extinguísse. Quando o movimento real ultrapassou essa fase e a relegou para a História, o CMLP, continuando a defender o desencadear imediato de acções armadas, deixou de corresponder à tendência dominante da vanguarda do proletariado — agora em refluxo — para passar a corresponder aos interesses de duas outras camadas sociais, ambas particularmente representadas entre o meio emigrado: por um lado, um certo estrato da pequena-burguesia, a qual, pelo seu lugar no modo de produção, não possui uma visão científica do processo da economia capitalista; por isso, a pequena-burguesia não estabelece uma ligação entre o processo revolucionário e o processo da economia capitalista e, para ela, o momento de desencadear as acções armadas dependeria unicamente da vontade ideal dos conspiradores. Por outro lado, um certo tipo de elementos marginais da sociedade,

próximos do "lumpenproletariat", que por meios periféricos e violentos pretendem ascender na hierarquia social. Isolada da vanguarda operária, a ideologia do CMLP entrou em degenerescência e a instável e dupla base social da organização só conseguia manter uma temporária unidade mediante uma direcção centrista e inactuante. Mas esta situação continha em si os germens da própria destruição e não tardou que as duas grandes tendências do CMLP se separassem em organizações distintas.

A desagregação orgânica do movimento "à esquerda de Cunhal" é uma consequência inevitável do processo que acabámos de resumir, e que descrevemos em pormenor no artigo anterior. Esta desagregação foi condição para a clarificação das tendências. Não temos, pois, que carpir a "grupusculização", mas sim de a analisar e mostrar nela os germens da evolução futura.

PRIMEIRA CISÃO: O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO NA EMIGRAÇÃO SEPARA-SE DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL

A primeira cisão que se processou no movimento "à esquerda de Cunhal", apesar de bem evidente, ninguém até agora deu por ela, nem a referiu. Foi a cisão entre o movimento revolucionário no interior do país. Não menosprezemos a sua importância pensando tratar-se de uma pura quebra de contactos devida a dificuldades conspirativas e à vaga de repressão. Tratou-se efectivamente de um choque teve a sua origem em diferentes concepções do jogo político nacional, donde resultaram diferentes concepções de organização e que, com o evoluir do processo, se transformaria em posições de classe expressas como radicalmente antagónicas.

Vimos como o CMLP, por continuar a defender o desencadear imediato de acções armadas, se isolou da vanguarda operária. Mas, como a vanguarda operária é, nas condições políticas

portuguesas, o único sector social com a coesão e a homogeneidade que permitem sustentar uma base clandestina, o isolamento em relação à vanguarda do proletariado implicou de imediato, para o CMLP, a perda da base clandestina nos sectores onde a possuía. Se os sectores sociais que o CMLP agora exprimia têm na emigração os seus representantes mais típicos (nomeadamente o segundo sector social que referimos), as consequências orgânicas motivadas pelo isolamento em relação à vanguarda operária agravaram mais ainda a vinculação do CMLP à emigração, onde centrou a organização e as actividades desta. O CMLP adquiriu desta forma características específicas de bastante importância. Mas o que é necessário ter bem presente é que a perda da base clandestina no interior não se deveu à pura actividade da repressão, mas sim ao isolamento em relação à vanguarda operária, ou seja, deveu-se às características ideológicas do CMLP.

Entretanto, atravessava-se em Portugal o momento mais baixo de uma época de refluxo revolucionário. Nestas condições, tornava-se evidente que o desencadear imediato de acções armadas, palavra-de-ordem que constituía o eixo da ideologia da FAP-CMLP, não correspondia já a qualquer tendência efectiva da vanguarda operária. Por isso se gerou no interior, neste período de refluxo, um repensar dos problemas teóricos do movimento revolucionário português e das suas necessidades. A maior parte desta actividade processou-se inorganizadamente, como é próprio de todas as épocas de refluxo. No entanto, desse fervilhar resultaram, entre 1966 e 1968, quatro grupos organizados em Comitês (2), actuando todos eles na zona de Lisboa, embora as suas redes de distribuição de propaganda eventualmente atingissem certas regiões da província. Por ordem cronológica do seu aparecimento, temos:

Comité "Viva o leninismo"

Só por si, as diversas assinaturas que este comité sucessiva ou simultaneamente usou, revelam a indecisão e o caos organizacional deste período. Em Maio de 1966, na sua primeira publicação, assinava "um comité da FAP" para, pouco depois, assinar já "comité revolucionário 'Viva o leninismo!'", assinatura que, em Novembro do mesmo ano se modifica para "comité comunista 'Viva o leninismo'"; apesar disto, não se coibia de, também em Novembro, assinar como sendo "A Frente de Acção Popular" e, em Janeiro de 1967, como "O Comité Marxista-Leninista Português". No entanto, o CMLP, que transcreveu na sua imprensa este último documento, atribuía-o ao "comité comunista 'Viva o leninismo'" (3). É ainda como "O Comité Marxista-Leninista Português" que assina o seu último texto, em Maio de 1967. Com seis publicações ao todo, foi este comité que, durante este período, maior número de títulos editou, embora da aparelhagem técnica de que dispunha (copiógrafo de álcool) podemos deduzir uma tiragem limitada.

Sob o aspecto ideológico, o comité "Viva o leninismo" é ainda uma excrescência do período anterior. Continua a propôr acções armadas imediatas, mas mais nas palavras-de-ordem do que propriamente no decurso da exposição. Assim, essas palavras-de-ordem aparecem desligadas do contexto em que as pretendem inserir, o que é um sintoma claro da perda de importância política da corrente que defendia o desencadear imediato das acções armadas, e que se vê agora reduzida a apelos formais, sem possibilidade de os apresentar teoricamente.

Ligado ainda aos mitos de uma fase já ultrapassada e sofrendo plenamente a crise do refluxo, este comité revela-se hesitante na linha a seguir. Começou a sua actividade com dois textos relativamente exten-

de divulgação teórica, um sobre o Imperialismo, o outro sobre o Estado, mas em seguida parece ter pretendido editar textos de massas. Porém, como não estava orgânicamente ligado à classe operária, nunca esses textos examinaram lutas concretas e limitaram-se a, em dias fixos, recordar certas datas históricas. A leitura das publicações deste comité tem a vantagem de nos permitir analisar simultaneamente a degenerescência dos representantes da fase anterior e o grande refluxo característico desta fase.

"Comité de propaganda revolucionária marxista-leninista"

Esse grande refluxo dificultou, como vimos, a união da teoria socialista (ou dos seus esboços) com a vanguarda operária; simultaneamente, ao pôr em causa o dogma do desencadear imediato das acções armadas, levou a uma reflexão crítica da ideologia da FAP-CMLP e a uma tentativa de repensar a luta de classes em Portugal à luz do socialismo. Os limites desse refluxo são, pois, a dificuldade de ligação com a vanguarda operária, e nenhum dos comités desta fase ultrapassou tais limites. Não que a sua propaganda não tocasse sectores operários, mas não organizavam efectivamente a vanguarda operária. O "Comité de propaganda revolucionária" não escapou a esses limites, e daí que pensasse ser possível dirigir-se directamente às massas operárias sem ter previamente organizado a sua vanguarda, ou seja, não reflectia teoricamente como problema a ligação da teoria marxista com o movimento operário. Mas foi o "Comité de propaganda revolucionária" que, dentro dos limites desse refluxo, mais longe avançou na linha da sua superação, no estabelecimento da base teórica dessa superação. Vale a pena, por isso, sintetizar as conclusões essenciais a que chegou.

O "Comité de propaganda revolu-

cionária viu claramente, não só que o movimento revolucionário português não estava na fase da luta armada, mas ainda que essa luta armada só poderia resultar de um longo trabalho comunista. Daqui deduzia correctamente que o principal perigo de então, dentro do movimento revolucionário português, residia nas tendências que propunham o desencadear imediato de acções armadas: "O que é que nós queremos? Construir um partido comunista revolucionário. Qual o principal obstáculo que se levanta a esta tarefa? A ideologia pequeno-burguesa de há muito infiltrada na classe operária. Por isso, contra que devemos, em primeiro lugar, conduzir uma luta intransigente? De uma forma geral, contra o oportunismo de direita; na organização marxista-leninista, contra o 'oportunismo de esquerda'" (4). A base em que o "Comité de propaganda revolucionária" se colocou permitiu-lhe, portanto, romper com o ponto básico sobre que assentava toda a ideologia da FAP-CMLP e obrigou-o, por isso, a reanalisar a situação política. É desta forma que, dando-se conta das transformações processadas na economia portuguesa e na sua super-estrutura política, do crescimento da grande indústria arrastando o agravamento das suas condições com os sectores tradicionalistas e a formação de um novo sector da pequena-burguesia, produzido pelo capitalismo e cujos interesses (para largas camadas desse sector) convergem com os da grande indústria, o "Comité de propaganda revolucionária" pôde, nos últimos tempos do governo de Salazar, ser sensível às transformações políticas que já se operavam e prever aquilo a que mais tarde se chamaria o "marcelismo". Tal previsão constitui um dos pontos de maior importância da última publicação elaborada por este comité, Portugal 1968, um ponto morto?, mas surge já num texto anterior, 118 burgueses escrevem ao seu presidente. Trata-se de uma crítica ao baixo-assinado dos 118, que foi o precursor da criação da ASP (Acção Socialista Portuguesa, partido de Mário Soares), e em que não só é prevista e denunciada a criação dessa organização, como ainda se integra esse fenómeno político no processo de evolução do capitalismo português, estabelecendo assim a base que irá mais tarde permitir a compreensão teórica da aliança da social-democracia tecnocrática com o regímen. No entanto, o "Comité de propaganda revolucionária" confundia as razões determinadas pela infraestrutura económica, e que levariam à "liberalização", isto é, à aliança entre o "marcelismo" e a social-democracia dos "tecnocratas", com as oscilações tácticas que levam todos os governos burgueses a serem, ora mais, ora menos conciliatórios para com a classe operária, consoante as flutuações do jogo político. Assim, confundindo dois processos qualitativamente diferentes, embora se pudessem encontrar simultaneamente reunidos em dado momento, o "Comité de propaganda revolucionária" admitia erradamente que o governo pudesse ter interesse em estender a "liberalização" à classe operária, transformando o regime numa democracia burguesa. Estava-se nos primórdios desse processo, para que ele pudesse aparecer claro. Seria necessário que a situação objectiva evoluísse de uma forma mais distinta, para que surgisse uma organização capaz de proceder à correcta análise do "marcelismo".

baixo-assinado dos 118, que foi o precursor da criação da ASP (Acção Socialista Portuguesa, partido de Mário Soares), e em que não só é prevista e denunciada a criação dessa organização, como ainda se integra esse fenómeno político no processo de evolução do capitalismo português, estabelecendo assim a base que irá mais tarde permitir a compreensão teórica da aliança da social-democracia tecnocrática com o regímen. No entanto, o "Comité de propaganda revolucionária" confundia as razões determinadas pela infraestrutura económica, e que levariam à "liberalização", isto é, à aliança entre o "marcelismo" e a social-democracia dos "tecnocratas", com as oscilações tácticas que levam todos os governos burgueses a serem, ora mais, ora menos conciliatórios para com a classe operária, consoante as flutuações do jogo político. Assim, confundindo dois processos qualitativamente diferentes, embora se pudessem encontrar simultaneamente reunidos em dado momento, o "Comité de propaganda revolucionária" admitia erradamente que o governo pudesse ter interesse em estender a "liberalização" à classe operária, transformando o regime numa democracia burguesa. Estava-se nos primórdios desse processo, para que ele pudesse aparecer claro. Seria necessário que a situação objectiva evoluísse de uma forma mais distinta, para que surgisse uma organização capaz de proceder à correcta análise do "marcelismo".

Os comités do interior e a I conferência do CMLP

Quando se realizou no exterior a I conferência do CMLP (5), estes dois comités enviaram um texto assinado por ambos. Mas, para dar uma falsa ideia de uma unidade efectivamente inexistente, a direcção do CMLP cortou as assinaturas e apresentou o texto como se emanasse do CMLP (6). Ideológica e organicamente incapaz de centralizar a activi

dade dos comités actuando em Portugal, a direcção do CMLP tentou afirmar a sua autoridade no único campo em que isso lhe era possível: no papel. Na realidade, essa autoridade não era reconhecida pelos comités do interior. Em Abril de 1967, escrevia o "Comité de propaganda revolucionária" numa carta dirigida ao CMLP: "De modo nenhum o Comité central marxista-leninista pode ser criado e estruturado em afastamento da opinião dos Comités marxistas-leninistas do interior. Torna-se assim necessária uma maior informação destes Comités de tudo aquilo que se passa entre os camaradas exilados, de todas as posições políticas que se debatem dentro e fora das nossas fileiras. Só conhecendo essas posições podem os Comités marxistas-leninistas do interior dar o seu voto. E qualquer posição tomada só será válida e eficaz depois de consultados os Comités marxistas-leninistas do interior". Esta primeira tentativa mais explícita da direcção do CMLP para camuflar a cisão interior/exterior não teve repercussão, dado que o texto em questão, com as assinaturas cortadas, nunca foi divulgado no interior, nem sequer chegou ao conhecimento dos comités, o que só por si já é sugestivo!

Comité "Avante trabalhadores"

Este comité editou um único texto, na primeira metade de 1967, dirigido aos estivadores a propósito da luta que estes então travavam. O trabalho deste comité não pôde ter continuidade, visto que a repressão em breve o destruiu, e não temos elementos suficientes para prever que caminho tomaria.

A tentativa de reunir numa conferência os comités do interior

A nível organizacional, o primeiro resultado visível da cisão interior/exterior consistiu no projecto de conferência inter-comités. A ideia dessa conferência partiu dos comités e as diligências para a sua realiza-

ção foram prosseguidas em total independência relativamente ao CMLP. Estreitamente ligado à emigração e dela dependente, quer quanto à base social em que as suas tendências assentavam, quer quanto ao aspecto organizacional, o CMLP era incapaz, não só de encabeçar o movimento do interior, mas de se virar sequer na sua direcção. Foi porque estes comités sentiram, por um lado que era necessária a coordenação do seu trabalho, por outro, que o CMLP era incapaz de empreender tal coordenação, que decidiram, por si, a elaboração da conferência. Jamais se realizou, porque estava ainda em estado de projecto em Julho-Agosto de 1967, quando a repressão desmembrou os comités "Viva o leninismo" e "Avante trabalhadores". Se nos é, pois, impossível ver os seus resultados práticos, podemos no entanto sublinhar a tendência de que esse projecto é sintoma: a auto-organização dos comités do interior, independentemente do CMLP.

Comité "O proletariado vencerá!"

Desde o início da sua actividade que este comité mostrou a sua ligação à classe operária e a sua interferência em lutas operárias concretas. Por isso, se pertence ainda cronologicamente a esta etapa, prefigura já a etapa seguinte, na qual essencialmente se deve integrar: a etapa em que, ultrapassado o ponto mais baixo do refluxo revolucionário, se começa a processar a ligação organizada da teoria socialista com o movimento operário.

A cisão interior/exterior é um facto fundamental a ter em conta quando, ao encerrarmos esta série de artigos, analisarmos as características actuais do movimento revolucionário português. Evoluindo separadamente de 1966 em diante, a especificidade dos movimentos em Portugal e na emigração é, por essa própria separação, acentuada e acelerada. Os mo-

vimentos radicados no exterior pas-
sarão a defender os interesses de
classe ou de sectores de classe
distintos do proletariado, vindo
depois, na fase actual, a unir-se
a novos movimentos que em parte a-
presentam características semelhan-
tes, entretanto surgidos em Portu-
gal. Este processo destruiu, por-
tanto, a confusa amálgama de ten-
dências que se apregoavam "à esquer-
da de Cunhal" e, se clarificou a
posição das tendências não proletá-
rias, permitiu que fossem superados
os limites em que até aí se debate-
ra o movimento revolucionário, pe-
la criação de uma organização comu-
nista, defendendo os interesses de
classe do proletariado.

Mas, quanto ao que nos importa
de imediato para este artigo, ne-
cessário é sublinhar que a cisão
das duas grandes tendências do
CMLP, que passaram a constituir or-
ganizações distintas, permitiu que
cada uma delas se definisse melhor.
E, como essa melhor definição si-
gnificava uma mais estreita liga-
ção com uma ou outra camada social
da emigração, que constituíam a ba-
se e a seiva dessas tendências, ela
teve como resultado isolá-las mais
ainda do movimento revolucionário
em Portugal. (7)

A CISÃO DO CMLP: "O COMUNISTA"

A desagregação do CMLP, históri-
camente fatal, como demonstrámos
no artigo anterior, foi precipita-
da pelo facto de a tendência repre-
sentativa de um certo estrato infe-
rior da pequena-burguesia deixar
de se interessar pela conquista da
direcção do CMLP, desequilibrando
o precário jogo de forças no inte-
rior da organização e permitindo à
outra tendência um rápido acesso à
direcção.

A tendência que cindiu do CMLP
uniu-se a diversos outros elemen-
tos com uma linha política idênti-
ca, grande parte dos quais pertenc-

era outrora à FAP-CMLP, e que se en-
contravam agora ligados predominate-
mente à LUAR (8). Entretanto, a LUAR
atravessava também um processo de de-
sagregação, devido aos sistemáticos
conflitos entre uma direcção repre-
sentativa de tácticas e formas de lu-
ta do antigo golpismo (galvanistas,
delgadistas) e a base que era, na
sua esmagadora maioria, partidária
de tácticas políticas novas, nomeada-
mente o "guerrilheirismo" de inspira-
ção castrista. Note-se que estas di-
ferentes formas de luta são inconci-
liáveis, pois que exprimem interesses
de classe diferentes. O galvanismo-
delgadismo é fundamentalmente expres-
são de uma burguesia pequena, nomea-
damente urbana (pequenos industriais,
pequenos comerciantes) e de uma buro-
cracia (pequena-burguesia) pré-indus-
trial (ver a caracterização que dela
fizemos, a propósito do assalto ao
quartel de Beja, no primeiro artigo
desta série, em Viva o Comunismo! nº
2-3); o "guerrilheirismo" castrista
e guevarista defende interesses da
pequena-burguesia. Agravada esta de-
sagregação por múltiplos roubos ou
desvios de fundos, de que o citado no
artigo anterior foi só um exemplo, a
LUAR vê constituírem-se no seu inte-
rior e na sua periferia outros grupos
políticos que, aliás, nada fizeram,
visto que nem editaram publicações
nem desencadearam qualquer acção. A
tendência cindida do CMLP, não com-
prometida com a luta entre as facções
da LUAR, pôde apresentar-se como o
elemento capaz de coordenar e unifi-
car a maior parte das correntes do
"moderno" golpismo. Desta unificação
resultou o grupo do jornal "O Comunis-
ta", que posteriormente assimilaria
ainda outros grupos congéneres (9).

Mostrámos no artigo anterior como
o CMLP, continuando a propôr o desen-
cadenar imediato da luta armada numa
altura em que isso já não correspon-
dia a qualquer tendência da vanguarda
do proletariado, alterou a sua base
de classe, passando a corresponder
aos interesses de diversos estratos
sociais distintos da classe operária.

Um desses estratos, que forma a base social determinante de "O Comunista", é constituído pelas camadas inferiores da pequena-burguesia. Sem consciência do processo económico, visto ocupar no modo de produção capitalista um lugar periférico, a pequena-burguesia não pode ter uma visão correcta do processo global da luta de classes, e por isso transforma as leis científicas por que este se rege em actos voluntaristas e arbitrários. Assim, a guerra popular não é, para a pequena-burguesia, a etapa superior de um processo cientificamente determinado, mas um golpe cujo desencadear dependeria exclusivamente da vontade dos membros e do cumprimento de certos requisitos técnicos prévios. É por este motivo que "O Comunista", incapaz de ver qual o lugar específico que a luta armada ocupa no desenvolvimento do processo revolucionário e qual o caminho para a atingir, considera que a luta armada é possível em qualquer momento, identificando assim o político — que, sob as suas diversas formas, é uma constante da luta de classes — com o militar, que caracteriza apenas certas fases específicas da luta de classes, precisamente quando esta atinge as suas formas superiores. Comentando Clausewitz, que escrevia: "A guerra é a continuação da política por outros meios", Lenine acrescentava: "mais violentos". Nem o grande estratega, nem o grande revolucionário, identificam guerra e política. Pelo contrário, procuram determinar o processo por que uma sucede à outra, e quais as características específicas da guerra que a distinguem da política. É numa óptica inteiramente diferente que "O Comunista" se coloca, numa óptica anti-científica. Ele confunde completamente o político e o militar, por exemplo ao escrever: "Um quadro comunista tem de ser um 'quadro político-militar'" (10) — o que o leva a considerar a actual situação política portu-

guesa, porque política, como militar! Daí que possa afirmar sem sorrir: "O que nós queremos é na prática definir a etapa da guerra popular em que nos encontramos e as formas que a guerra popular deve assumir neste momento" (11). É assim que Portugal se encontra neste momento, embora sem partido revolucionário implantado na classe operária, sem vastos movimentos das massas trabalhadoras, sem exército popular, mas por obra e graça de "O Comunista", na fase da guerra popular!

Identificando político e militar, e considerando ambos inerentes a qualquer momento histórico, então é evidente que há-de considerar a consciência política como espontânea, como atributo natural da classe operária, negando que o proletariado só pode atingir a consciência política através de um partido comunista revolucionário. A ausência de tal partido, a inexistência de qualquer amplo trabalho efectivamente comunista no seio da classe operária não preocupam o jornal "O Comunista", que não hesita em atribuir às abstenções verificadas na última eleição de deputados os sinais reveladores de uma alta consciência política do operariado (12). Mas quem teria dado à classe operária essa famosa consciência política que "O Comunista" (e não só, como veremos...) consegue descobrir nas abstenções? Excepto pequenos sectores da sua vanguarda, o proletariado português vive hoje entre a propaganda governamental, por um lado, e a propaganda revisionista e social-democrata, por outro. Donde teria vindo pois essa famosa consciência política? Donde poderá ela vir, senão da actividade generalizada de um partido comunista revolucionário, do seu trabalho no seio das vastas massas trabalhadoras? E será que tal partido já existe hoje, ou é precisamente a sua inexistência o grande problema actual do movimento revolucionário português?! Perante a descarada entronização do espontaneísmo, é tarefa urgente dos militantes comunis

tas o estudo do Que fazer?, em que Lenine assentou magistralmente as bases da crítica à ideologia espontaneista. "Os operários, já o dissemos, não podiam ter ainda a consciência social-democrata (No tempo de Lenine, "social-democrata era sinónimo de comunista; nota nossa). Esta só lhes podia vir do exterior" escrevia Lenine, e continuava: "Não podendo existir uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas operárias no decorrer do seu movimento, o problema só se pode colocar da forma seguinte: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio termo. (...) É por isso que toda a sub-estimação da ideologia socialista, todo o afastamento relativamente a esta última, implica um reforço da ideologia burguesa. (...) Não se deduz daqui que os operários não participem nesta elaboração (a elaboração da teoria socialista; nota nossa). Mas não participam nela na sua qualidade de operários, participam como teóricos do socialismo, (...) só participam na medida em que conseguem adquirir os conhecimentos mais ou menos perfeitos da sua época e fazê-los progredir. É para que os operários o consigam mais frequentemente, precisamos de nos esforçar o mais possível por elevar o nível de consciência dos operários em geral" (13).

Mas, pelos vistos, não é assim que pensa "O Comunista", pois que atribui a um proletariado desorganizado, e sem partido comunista revolucionário que o conduza, uma elevada consciência política, chegando até a declarar que a guerra popular já começou! Daí que, privando o partido da sua função determinante, que é a de unir a teoria socialista com o movimento operário, o reduza a um puro aparelho técnico. Segundo este ponto de vista, a criação do aparelho técnico é condição prévia da acção política e pode ser prosseguida independentemente dessa acção política — o que nos mostra, entre outras coisas, uma concepção política radicalmente distinta do processo de massas (ape-

sar das múltiplas afirmações em contrário) e reduzida ao golpismo, como já caracterizámos. Em meados de 1968, um futuro dirigente de "O Comunista" escrevia que as "primeiras necessidades" para que os revolucionários se implantassem em Portugal seriam: 1º, "uma extensa rede de pontos de apoio dificilmente detectável"; 2º, "uma boa organização de entradas e saídas da fronteira"; 3º, "uma secção perfeita de falsificações"; 4º, "uma rede de distribuição da nossa imprensa"; 5º, "organização de ficheiros de pides e fascistas importantes"; 6º, "pequeno arsenal para eventuais operações". Sem o que, não se podiam fazer recrutamentos no operariado. Efectivamente, o mesmo dirigente prossegue: "Pergunto: já temos estas coisas? Sem estas bases mínimas devemos lançar palavras-de-order aos nossos militantes ou simpatizantes para que eles comecem a fazer recrutamento político no operariado e no campesinato português? (...) A palavra-de-order correcta a dar aos nossos militantes e simpatizantes é a de que eles devem realizar essas tarefas, e só essas" (14). Não se trata aqui, portanto, de organizar em torno da teoria socialista a vanguarda do proletariado, condição para que este mantenha a sua hegemonia no processo de luta; pelo contrário, admite-se que as bases do partido podem ser criadas exteriormente a essa vanguarda operária, o que nos leva a perguntar em que classe esse partido vai, pois, assentar as suas bases. Esta é a concepção organizacional de todas as tendências golpistas. Mas, dirá o leitor, talvez as concepções desse dirigente tenham mudado, ou talvez elas não correspondam às do jornal "O Comunista". Não. Em "O Comunista" nº7, de Outubro de 1970, após uma prévia declaração de "boas intenções" políticas, segue-se uma concepção em tudo idêntica à que acabámos de referir: "Antes de passar a qualquer acção", deverão os militantes montar o aparelho técnico (pontos de apoio, transportes, passaportes e outra documenta-

ção, aparelhos de fronteira) (15). Na realidade, o aparelho técnico de um partido revolucionário não pode ser montado antes da acção, mas sòmente na própria acção. Só o espírito tacanho dos golpistas pequeno-burgueses, para quem a política é um acto voluntarista e não um processo científico, é que pode ignorar que o estabelecimento de pontos de apoio é uma das consequências da radicação na vanguarda operária, que só prosseguindo a nossa radicação na vanguarda operária poderemos obter pontos de apoio e aparelho técnico, que é precisamente a obtenção de pontos de apoio um dos padrões por que podemos aferir a efectividade da nossa radicação na vanguarda operária. Os pontos de apoio são uma consequência do trabalho político, e não uma condição prévia e independente do trabalho político.

Destes aspectos gerais, resultam as características específicas da actividade prática de "O Comunista". Ao subestimar no partido o seu aspecto político essencial, reduzindo-o às funções técnicas, "O Comunista" apaga as diferenças existentes entre a vanguarda operária e as massas operárias, ou seja, entre aqueles elementos do proletariado possuidores de uma consciência política mais avançada e os que não ultrapassaram ainda uma consciência limitadamente sindical ou nem sequer a ela chegaram. A vanguarda, distingue-a "O Comunista" das massas, unicamente sob o ponto de vista quantitativo, e não qualitativo. Este aspecto é, aliás, típico de todas as ideologias espontaneistas e implica por sua vez a confusão entre proletariado e trabalhadores. Começa-se por diluir nas massas operárias a superior consciência política que caracteriza a sua vanguarda, para seguidamente confundir a classe operária na generalidade das massas trabalhadoras, apagando desta forma a hegemonia do proletariado no processo revolucionário e nivelando a consciência política da vanguarda

pelas mais rudimentares formações ideológicas dos sectores mais atrasados das massas trabalhadoras. Confundindo, assim, vanguarda e massas, é impossível a "O Comunista" ver que o trabalho de massas só pode ser prosseguido pela vanguarda organizada. Por isso, em toda a sua actuação prática "O Comunista" pretende atingir directamente as massas, sem ser por intermédio da vanguarda organizada. Todas as suas formas de propaganda e de acção relevam da ideia de uma ligação directa às massas, sem que a vanguarda operária esteja organizada. Esta constante de toda a literatura e de toda a acção é por vezes declarada explicitamente. "Para que cheguemos ao ponto de estruturação do partido" dizem, "necessitamos de ultrapassar as primeiras etapas: implantação nas massas..." (16). Assim, não é o partido, ou seja, a vanguarda operária organizada, que permitirá a implantação nas massas mas, pelo contrário, consideram possível a implantação nas massas antes de se possuir o partido, dispensando portanto a organização da vanguarda.

Sem estar estreitamente ligado à vanguarda operária, o partido será arrastado pelas camadas mais atrasadas das massas, em vez de elevar o nível destas. Por outro lado, só a vanguarda operária, pela sua homogeneidade e coesão, pode sustentar a base clandestina que assegure um trabalho efectivamente comunista. Não espanta, por isso, que "O Comunista", apesar de tantas declarações bombistas e das cem maneiras de cozinhar explosivos, caia na prática em posições legalistas que reflectem a impossibilidade de construir um aparelho clandestino próprio e as limitações políticas da classe em que se apoia. Como esse legalismo se revela mais claramente nos períodos de crise política, foi durante as passadas eleições que os

nossos golpistas melhor expandiram a sua veia reformista, ao considerarem como um "aspecto positivo" a CDE de Lisboa (17). Não é este o momento de procedermos à crítica da CDE, que nos ocupou no primeiro número deste jornal. Para lá remetemos o leitor. Mas cumpre sublinhar que a CDE, em certos aspectos mais claramente neo-colonialista do qual quer outra lista da Oposição, é gratificada por "O Comunista" com estes elogios: "...e atacou corajosamente o problema colonial" (18).

No aspecto teórico, este legalismo manifesta-se na incompreensão do "marcelismo". Considerando-o apenas como uma "táctica", uma "manobra" da burguesia, não distinto do salazarismo, "O Comunista" não pode ver que o regime de Marcelo se caracteriza precisamente pela aliança com a social-democracia dos "tecnocratas". Por isso, não se apercebe de que a razão de ser do partido de Mário Soares (ASP), representante de uma das tendências dessa social-democracia, é exclusivamente a pretensão ao estabelecimento de uma aliança orgânica com os governantes. Para "O Comunista", a ASP visa, não a aliar-se, colaborar e entrar neste regime, mas sim a derrubar o regime, para o que procuraria obter uma base operária e até — quem diria?! — interessar-se pelo terrorismo (19).

Se recordarmos agora a questão por onde a nossa análise se iniciou, veremos que foi posto a nu o mecanismo que explica esta aparente contradição: que "O Comunista", que procura aparecer como o grande defensor da luta armada, possa estabelecer as bases teóricas de um reformismo extremo, através de uma errada concepção da posição actual da social-democracia portuguesa. Mostrámos os efeitos palpáveis que esse reformismo produziu nas passadas eleições e teremos oportunidade de o ver manifestar-se no futuro por uma forma cada vez mais grave. Residem aqui, e não no verbalismo bom-

bista, o verdadeiro carácter e as reais consequências do espontaneísmo.

A CISÃO DO CMLP: O CMLP APÓS A II CONFERÊNCIA

A cisão da tendência em torno da qual se veio a constituir o jornal "O Comunista", rompendo o instável equilíbrio do CMLP, condenou a direcção existente, cuja única razão de ser era precisamente a de servir de cobertura a esse equilíbrio. Assim se desmoronou a direcção centrista do CMLP que, depois de várias peripécias, passou a formar o agrupamento "A Vanguarda". Caracterizava-se esse grupo, durante o período analisado neste artigo, pela vã tentativa de constituir o centro de tendências já definitivamente separadas e que dela prescindiam, e empregava todos os seus esforços a descobrir outras tendências que a quizessem como centro. Por isso, no meio da desagregação geral e da cada vez maior irreductibilidade das organizações que se constituíam, "A Vanguarda", com uma notável miopia, propunha um programa cujo único ponto realmente concreto era a realização de uma conferência que de novo reunisse os desavindos num lar comum e lhe desse a ela, "Vanguarda", conciliadora do inconciliável, aquela ficção de autoridade que outrora tivera no CMLP (20). Como a representação não é muito forte sobre as organizações emigradas, assim podem continuar a existir tendências que nada mais representam além da memória de si próprias.

Perante a impossibilidade de reacção da direcção centrista, a II conferência do CMLP (21) representou tão só a legalização de uma situação de facto: a ascensão à direcção do CMLP da única tendência que nele havia permanecido. Analisámos no artigo anterior a base social determinante desta tendência, formada por alguns elementos margi-

nais, oriundos das camadas trabalhadoras politicamente mais atrasadas, aos quais se juntam alguns jovens vindos de certos sectores da burguesia; a propensão natural destes elementos é a de tentarem ascender, por meios periféricos e violentos, no interior da estrutura social capitalista, de que constituem assim um reforço; essa propensão é agravada por um certo número de características do meio emigrado, de tal forma que a tendência agora dominante no CMLP é específica de uma camada social que se revela plenamente na emigração. Por isso, se queria dominar com exclusividade a direcção do CMLP, esta tendência tinha a todo o custo de evitar incluir na realização da II conferência o movimento revolucionário do interior, para que o choque com outras realidades não pusesse em perigo a sua ascensão. A brevidade com que a II conferência foi propositadamente preparada impediu efectivamente a participação do interior. Durante o próprio desenrolar da conferência, é certo que apareceu um relatório que se dizia elaborado por um comité do interior (22). Mas a simples leitura desse relatório mostra tratar-se de uma mistificação. Embora tal "comité" pretendesse existir desde 1966, e dissesse ter editado imprensa própria, nunca essa imprensa foi vista no interior e jamais o CMLP apresentou exemplares dela. Além disso, esse "comité", criado ad hoc para satisfazer as necessidades da tendência dominante, não tem uma única palavra de análise da situação portuguesa e limita-se a reproduzir ponto por ponto as polémicas surgidas entre as tendências do CMLP na emigração. É assim que, por misteriosa magia, no relatório de um "comité" apresentado como trabalhando em Portugal, a situação portuguesa não só é completamente ignorada, mas completamente esquecida. Na verdade, "relatório" e "comité" foram inventados à

última hora, com aquela mesma desonestidade de processos que levava já esta tendência, dois meses antes, a apresentar como tendo surgido no interior, datado de Lisboa e sob a assinatura de um pretenso "secretariado de coordenação de comités comunistas" — totalmente inventado e que nunca existiu, um folheto que foi efectivamente redigido, editado e divulgado na emigração (23).

Estas invenções, estas fraudes, devidas à incapacidade do CMLP para organizar o movimento revolucionário em Portugal, consumam uma situação que, como mostrámos atrás, existia já de facto desde a derrocada da FAP-CMLP: a cisão interior/exterior.

A constatação a que chegará quem proceder a um estudo atento da ideologia do CMLP é que, apesar das diferenças aparentes relativamente a "O Comunista", estas duas organizações possuem um fundo ideológico comum. Isto não nos deve espantar. Mostrámos no artigo anterior como a formulação dogmática de uma ideologia encobre expressões dessa ideologia distintas entre si, o que contribui para agravar a sua degenerescência, separando cada vez mais as fórmulas de que essa ideologia se reveste, da acção que ela encobre. Este é um princípio teórico fundamental. Vejamos como, na base de uma actividade diferente, que é a destas duas organizações, está uma mesma ideologia.

Tal como "O Comunista", também o CMLP julga que as massas não precisam de um partido comunista para atingirem a consciência política. Daí que, na esteira da FAP-CMLP, considere que a classe operária alcançou desde 1958-62 as formas mais elevadas de consciência política (24), sem no entanto conseguir explicar o processo por que teria ascendido à consciência política um operariado que não é dirigido por nenhum partido revolucionário! Esta ideologia espontaneista manifestou-se na altura das eleições de 1969, ao conside

rar as abstenções significativas de uma elevada consciência política(25). Mas a forma mais caricatural deste culto da espontaneidade é a concepção dos "comunistas já feitos", numerosos e espalhados por todo o país, e que, segundo o CMLP, seriam marxistas-leninistas sem terem sofrido a acção de uma organização marxista-leninista ou, pior ainda, sob a influência do partido revisionista de Cunhal (26). E do mesmo modo consideram que uma greve económica se transforma numa luta política, não pela acção de um partido comunista revolucionário, mas devido aos efeitos produzidos pela intervenção da Guarda Republicana (27), o que será sem dúvida cómodo para os nossos espontaneístas, porque se é a Guarda o veículo da consciência política no seio da classe operária, então ela substituiria o partido e teríamos assim explicado porque é que, sem partido revolucionário — mas com Guarda Republicana! — o proletariado português teria ascendido já às formas superiores da consciência política. Porque, também para o CMLP, dessa superior consciência política que a classe operária espontaneamente teria atingido, resultaria que o movimento revolucionário português estava hoje na fase das acções armadas. "O centro de gravidade da luta política em Portugal deslocou-se infalivelmente para a violência revolucionária...", escreve (28). Mais. Mostrando uma fenomenal incompreensão da dinâmica da luta de classes, os nossos dogmáticos afirmam ingenuamente que "já vai em 7 anos (tal e qual, sete!; nota nossa, claro) que os marxistas-leninistas (leia-se, os dirigentes do CMLP; nota nossa) vêm a demonstrar que o centro de gravidade da luta em Portugal se deslocou para a luta armada" (29). E temos assim que, enquanto vão prosseguindo a sua actividade demonstrativa, a luta armada espera sem se ir embora que alguém lute armadamente! Isto ultrapassa tu-

do o que possa ser concebido em matéria de negação do pensamento dialéctico! Para o CMLP, as fases da luta seguem-se numa sucessão linear e irreversível, independentemente da actividade real das classes. Nessa sucessão linear decretaram eles que se chegou ao momento da luta armada. A luta armada não apareceu nesse momento, nem nos momentos seguintes, está há sete anos sem aparecer e outros mais estará. Mas isso não preocupa os nossos impassíveis dogmáticos. Tomam a sua miopia, a sua cegueira, por perspicácia política! O único argumento que invocam em abono da sua tese de que estamos agora no momento da luta armada é que um dia essa luta há-de chegar. Confessemos que é inteligente!! Mas continuemos.

É bem claro que, para o CMLP, a fase actual é a da luta armada. Podemos, portanto, ter uma noção exacta da demagogia dos nossos dogmáticos, ao ver como em resposta às críticas de aventureirismo e de espontaneísmo que lhes fizemos no primeiro número deste jornal, citando nomeadamente as palavras-de-ordem "combates de rua, ataques às assembleias de voto" divulgadas num panfleto do CMLP datado de Outubro de 1969, a direcção do CMLP responde que esse panfleto, embora assinado por ela, se devia não à direcção mas a alguns militantes (o que nos dá uma ideia da disciplina reinante!), mas responde ainda — e aqui reside toda a demagogia — que essas palavras-de-ordem "estavam em contradição com a linha do CMLP" (30). Não só essas palavras-de-ordem não contradizem a linha do CMLP, como se deduzem dessa linha. O aventureirismo na acção é o resultado do espontaneísmo no campo ideológico.

Se a classe operária pôde ascender espontaneamente às formas superiores de consciência política, então, para o CMLP, a razão de ser do partido é unicamente a de constituir o aparelho técnico da luta armada,

e não a de ligar a teoria socialista com o movimento operário. E, por que reduzem a teoria socialista às formações ideológicas espontâneas, tentam nivelar a vanguarda pelas camadas trabalhadoras mais atrasadas politicamente, apagando assim o papel político determinante da vanguarda operária. Daqui resulta a confusão entre o trabalho de radicação nas massas e o trabalho de radicação na vanguarda. A condição para prosseguirmos um trabalho de massas em que seja mantida uma firme orientação comunista é estarmos já radicados na vanguarda operária. Só a vanguarda operária organizada no partido revolucionário pode prosseguir um correcto trabalho de massas. Mas o CMLP confunde sistematicamente a radicação nas massas com a radicação na vanguarda e, como nega que a vanguarda se distinga qualitativamente das massas, acaba por considerar o trabalho no seio da vanguarda como um pequeno trabalho de massas. É uma constante da literatura do CMLP propôr, ao mesmo nível, a radicação nas massas e a radicação na vanguarda, ignorando que sem estarmos radicados na vanguarda não podemos prosseguir nenhum trabalho de massas (31); e é realmente uma constante da prática do CMLP não fazer nem trabalho na vanguarda, nem trabalho nas massas!

Toda esta visão oportunista das relações entre o partido e a classe operária, e entre a vanguarda operária e as massas operárias, se integra dentro de uma visão oportunista da própria situação da classe operária no conjunto das outras classes, ou seja, da política de alianças da classe operária. O fundamento teórico de uma correcta política de alianças do operariado é uma análise de classes científica. A análise de classes do CMLP, além de inúmeras confusões, de que referiremos as mais importantes, caracteriza-se por assentar numa base teórica inteiramente errada. Começemos por este aspecto.

Para o marxismo, a estrutura das classes sociais é elaborada na articulação de três níveis. Desses, o nível determinante não é, como usualmente se pensa, o "económico". Uma das maiores revoluções teóricas de Marx consistiu precisamente em ter destruído a fictícia identidade dos elementos do "económico", demonstrando que o "económico" é uma estrutura que assenta sobre um nível determinante, o da produção, ao qual se subordinam as outras esferas: distribuição, circulação, consumo. Assim, o nível determinante na análise científica das classes sociais é o da produção. É pelo lugar ocupado no processo de produção que nós estabelecemos fundamentalmente as classes sociais. No entanto, ao contrário do que pretende o economicismo vulgar, a produção não é o único determinante das características das classes, não é a produção que determina todas as características das classes. Com o nível determinante da produção articulam-se dois níveis sub-determinantes, que são o da distribuição (a quantidade de rendimentos de que auferem os elementos de um dado grupo social) e o ideológico (as tradições e influências ideológicas e de comportamento, escritas ou orais, sistematizadas ou não-sistematizadas, a que um dado grupo social está sujeito e que reproduz). Ao dizermos que é a produção o nível determinante, queremos dizer que é ela que determina o campo e a amplitude em que os níveis sub-determinantes podem exercer os seus efeitos. Assim, uma análise de classes científica tem de começar por estabelecer as classes pelo lugar ocupado no processo de produção, articulando com este nível o dos rendimentos recebidos (salários, no caso do assalariado; lucros, no caso do proprietário) e o nível ideológico. Estes dois níveis sub-determinantes exercem efeitos variáveis e limitados. E precisamente esses limites são determinados pelo lugar ocupado pelas clas

ses no processo de produção. Se, na análise, não estruturarmos as classes em função do nível determinante, tomamos as características sub-determinadas como típicas da classe, isto é, como características essenciais, sem vermos que elas desaparecem quando forem ultrapassados os limites estabelecidos pelo nível determinante. Para melhor compreensão deste problema teórico fundamental, vamos recordar um breve exemplo. No outro artigo deste mesmo número do jornal referem-se os efeitos exercidos pelo imperialismo na consciência política da classe operária do país imperialista. Esses efeitos assumem, numa da época, um lugar preponderante, mas esse lugar vem de um nível sub-determinante, o da distribuição — o proletariado recebe salários mais elevados e tem maiores regalias sociais, o que lhe desvirtua a consciência revolucionária. Se nos esquecermos de que esta característica é sub-determinada, e a tomamos como essencial, passamos a considerar a classe operária dos países imperialistas como essencialmente reaccionária, como o fazem múltiplos "esquerdismos" contemporâneos. Na verdade, os limites da acção desse nível sub-determinante estão estabelecidos pelo próprio nível determinante, o da produção e, quando o imperialismo entra em crise, os efeitos referidos atenuam-se, ou desaparecem se a crise se agrava. Este exemplo permite-nos compreender a gravidade política prática de se proceder a uma análise de classes da qual se escamoteia o nível determinante ou na qual se põem no mesmo pé o nível determinante e os sub-determinantes. E, no entanto, é isto que faz o CMLP, que apresenta diversos grupos sociais que, enquanto grupos, são somente sub-determinados, pela distribuição e pelo nível ideológico. Uma análise que pretendesse fundamentar uma correcta prática política comunista teria de articular

esses grupos sub-determinados nas classes determinadas pelo nível da produção. Não o fazendo, o CMLP insere-se no campo ideológico mais reaccionário, que vê as diferenças entre as classes unicamente como diferenças nos rendimentos (no montante dos salários e dos lucros) auferidos, criando assim um terreno ideológico no qual se pode admitir como possível que, sem alteração radical do modo de produção vigente, mas por uma "melhoria" progressiva da distribuição, se igualem os rendimentos, logo, as classes. Vemos agora onde conduzem os erros teóricos do CMLP que, se a princípio nos poderiam aparecer muito abstractos, têm efeitos práticos da maior gravidade. O facto de o CMLP assentar no mesmo terreno ideológico do reformismo vulgar indica-nos o caminho que seguirá — que já segue — na sua degenerescência.

Mas, além da base teórica errada em que é prosseguida, a análise de classes do CMLP tem diversos erros parcelares bastante graves. Vejamos os principais. No seu "projecto de programa", o CMLP escamoteia completamente a pequena-burguesia, confundindo-a com o proletariado, por um lado e, por outro, com a burguesia (32). Em primeiro lugar, inventa um "proletariado artesanal", que não se sabe bem o que significa. Efectivamente, o proletário é aquele que vende a sua força-de-trabalho ao capitalista, proprietário dos meios de produção, para quem produz a mais-valia; o artesão é aquele que aplica a sua própria força-de-trabalho nos meios de produção que ele próprio possui, sem comprar a força-de-trabalho de nenhum assalariado. Um é operário, o outro é pequeno-burguês. Mas esta simbiose de ambos, esta espécie de centauro, só existe na cabeça dos dirigentes do CMLP e serve unicamente para apagar a especificidade da classe operária, tornando difusos os seus limites. Em segundo lugar, considera como "segunda força" e "terceira

força" da revolução o "semi-proletariado rural" e o "semi-proletariado urbano". Uma vez mais o CMLP incorre num erro teórico de consequências graves ao não definir o "semi-proletariado rural" em função do nível determinante da produção. Qual a origem da categoria social do "semi-proletariado rural"? Marx estabeleceu, e esse assunto foi depois aprofundado por outros economistas marxistas, que a população rural diminui em números absolutos, convergindo para a cidade, e que a concentração da propriedade agrícola faz diminuir cada vez mais o número dos proprietários fundiários. Deste modo, há constantemente um e levadíssimo número de elementos da pequena-burguesia rural (pequenos proprietários que não empregam assalariados ao seu serviço, ou que não vivem fundamentalmente da exploração desses assalariados) que se proletariza, ou convertendo-se em assalariados agrícolas, ou em operários da indústria nos centros fabris. No entanto, devido a características específicas da sociedade rural, essa transição da pequena-burguesia rural para o proletariado não se faz bruscamente, de um momento para o outro, mas estende-se ao longo dos anos, num processo evolutivo em que o elemento é simultaneamente proletário e possuidor de uma parcela terra insuficiente para fornecer o sustento da sua família. Por isso, toda a análise concreta, como é o caso de uma análise de classes que visa uma acção política prática, tem de ter em conta esse estrato social que sofre o processo de passagem da pequena-burguesia rural para o proletariado. É essa função que a categoria "semi-proletário rural" preenche. Mas basta este enunciado para podermos ver que esta categoria é de definição complexa, porque nela se articulam os efeitos de uma pauperização (na medida em que se deixa de possuir meios-de-trabalho) e da situação de produtor de mais-

-valia (proletário) com as acções contraditórias exercidas por tradições ideológicas distintas, a da pequena-burguesia, da qual ainda não se separou completamente, e a do proletariado, na qual ainda não está inteiramente integrado. O CMLP considera que basta falar em "semi-proletários rurais" para os definir, quando essa definição é precisamente o problema levantado por esta categoria. Assim, formula este conceito de uma forma extremamente vaga, e da qual nenhuma indicação precisa se pode retirar para a acção prática. Quanto àqueles a quem o CMLP chama "semi-proletários urbanos", são na realidade elementos da pequena-burguesia dos "serviços", cujo trabalho não é uma fonte de mais-valia. Na quarta parte desta série de artigos focaremos melhor esta última questão, pelo que passaremos agora adiante, não sem sublinhar que, uma vez mais, o CMLP tenta ocultar sob uma insuficiente formulação do conceito de "semi-proletários" a questão fundamental de saber se a ideologia desses elementos é ou não determinante de pequeno-burguesa, ou quando o é. Em terceiro lugar, o CMLP considera como "pequena-burguesia" os "pequenos comerciantes e industriais", confundindo assim a pequena-burguesia com a burguesia pequena, isto é, as camadas inferiores do capitalismo. Os pequeno-burgueses, repetimo-lo, são proprietários dos seus meios de produção que não empregam ao seu serviço nenhum trabalhador assalariado; os pequenos industriais pertencem inteiramente à classe capitalista, vivendo da mais-valia produzida pelos seus operários, e só pelo montante dos lucros se distinguem economicamente dos grandes capitalistas. Deste modo, o CMLP, depois de ter incluído parte da pequena-burguesia no proletariado, inclui agora parte da burguesia na pequena-burguesia. Em quarto lugar, insere as camadas superiores da pequena-burguesia dos "serviços", os "tecnocratas", na burguesia. Trata-se de uma autêntica destruição

da pequena-burguesia (no papel, está claro), reduzida a um sector vago e difuso, que só poderemos definir pela negativa, como aquilo que o CMLP não conseguiu meter nas outras classes. Qual o fim desta baralhada? A pequena-burguesia constitui um campo privilegiado para as alianças da classe operária. Por isso, é necessário o maior rigor na análise dos diversos sectores, camadas e estratos em que se decompõe e das suas características ideológicas, para que possamos determinar quais os sectores da pequena-burguesia com que o proletariado se deve aliar nas diversas etapas do processo revolucionário. Não traçando as fronteiras entre a pequena-burguesia e o proletariado, por um lado, entre a pequena-burguesia e a burguesia, por outro, o CMLP está a assentar as premissas ideológicas para na prática facilitar toda uma política de alianças oportunista com a pequena-burguesia. Política de alianças oportunista — porque não definida teóricamente.

Possuindo da pequena-burguesia uma visão completamente deformada, o CMLP é incapaz de compreender o "marcelismo". A característica política inovadora do "marcelismo" consiste na aliança com certas camadas da pequena-burguesia dos "serviços", os "tecnocratas", que têm na social-democracia a sua expressão. Ora, se o CMLP engloba os "tecnocratas" na burguesia, como vimos, então é evidente que não poderá compreender que certos sectores fundamentais da pequena-burguesia constituem uma das bases sociais do actual governo. Sob uma demagogia verbal que aparenta uma grande violência de tom, o CMLP "purifica" essas camadas da pequena-burguesia, tentando fazer crer ao operariado que elas não estão comprometidas com a política governamental, e ocultando que elas são um agente activo do actual regime e um dos principais

apoios sociais do "marcelismo". E, tal como incluiu os "tecnocratas" na burguesia, vai considerar a ASP, que é na realidade um dos partidos políticos da pequena-burguesia "tecnocrática", como um partido da burguesia. É a mesma manobra. Formalmente, parece uma posição muito radical de crítica à ASP. Na realidade são as camadas superiores da pequena-burguesia dos "serviços" que o CMLP absolve de toda a política pró-marcelista conduzida pela ASP(33).

Assim, com uma visão oportunista das relações entre o partido e a classe operária, com uma visão oportunista das relações entre a classe operária e os seus eventuais aliados, com uma visão oportunista do próprio quadro geral da luta de classes em Portugal, cada vez maior será a degenerescência do CMLP, que o brigará o dogmatismo a revelar o seu carácter radicalmente oportunista e a transformar-se em revisionismo declarado.

Se o leitor se deu ao trabalho de comparar esta análise com o que atrás foi dito sobre "O Comunista" — e pedimos-lhe vivamente que o faça — verá que é idêntico o fundo ideológico de ambas as organizações. Mas, como toda a ideologia dogmática, esta encobre expressões bastante diferentes na actividade prática. Quanto à pequena-burguesia de "O Comunista", a grande falta de homogeneidade desta classe impede qualquer tentativa centralizadora e transforma a organização numa federação de tendências, numa "organização de núcleos com independência de manobra" (34), para citarmos as suas próprias palavras. Este aspecto, característico das organizações pequeno-burguesas, assume hoje uma importância fundamental, como veremos no 4º artigo desta série, e, como os sectores sociais que "O Comunista" representa podem, em virtude de circunstâncias que também em seguida analisaremos, dispôr de uma larga margem de actuação, a sua organização corresponde a uma tendência as-

cendente do jogo político português, o que faz atenuarem-se os efeitos dos gérmenes de desagregação que contém. Em resumo, o facto de ser constituído por uma federação de tendências condenará inevitavelmente "O Comunista" à desagregação; mas, não tentando impôr uma autoridade centralizadora e permitindo que essas tendências conservem a sua "independência de manobra", a direcção de "O Comunista" poderá adiar por mais ou menos tempo essa desagregação. O contrário aconteceu com o CMLP. Por um lado, porque o campo de actividade que se lhe abria era mais restrito que o de "O Comunista"; por outro ainda, porque os elementos que compunham esta tendência tinham até à II conferência um mesmo objectivo, o de conquistarem em comum a direcção da organização — a direcção do CMLP enveredou desde a primeira hora por um tipo de autoritarismo militarista cujas raízes analisámos no artigo anterior. A finalidade deste autoritarismo era impedir que o agravamento das contradições do CMLP ocasionasse a sua desagregação. Na realidade, o efeito foi contrário. Face ao autoritarismo, cada uma das correntes procurou definir-se melhor, e daí resultou uma desagregação cada vez mais profunda, que leva o CMLP, da II conferência até hoje, a arrastar-se de crise em crise, numa degenerescência prática dia a dia mais acentuada, com a consequente degenerescência ideológica.

Essa degenerescência ideológica e prática exprime-se num dos aspectos do CMLP que mais sobressai à primeira vista: confrontado com a sua própria desagregação, é levado a dedicar à polémica um espaço cada vez maior; mas, como é incapaz de proceder a uma análise teórica, não pode prosseguir a polémica no campo ideológico, e converte-a num combate pessoal. No plano estilístico, isto tem como consequência substituir a análise pelos insultos (35), o que não é ainda particularmente grave, a não ser para o CMLP, que dá de si próprio uma bela imagem. O mais grave é que, sob uma situação conspirativa, a pessoalização da discussão conduzirá forçosamente a quebras conspirativas, denúncias e provocações. E o CMLP, tão pródigo a ver provocações a torto e a direito, efectuou em dois anos e meio uma actividade provocatória que ultrapassa mesmo em quantidade as denúncias que o partido de Cunhal fazia dos militantes da FAP-CMLP. Para além das denúncias orais, essas constantes, o CMLP, na brochura que publicou contra "A Vanguarda", procede a nada menos de cinco alusões que permitem a identificação de membros que ele denuncia como pertencendo a essa organização; uma dessas alusões é, aliás, repetida noutra publicação do CMLP. Um ex-funcionário do partido revisionista, que cindiu em fins de 1969 e que divulgou uma "Carta aberta" assinada com o seu próprio nome, é denunciado em duas publicações do CMLP como pertencendo a uma certa organização política. Tiago, pseudónimo com que um ex-militante do CMLP assinou determinados textos, é, em primeiro lugar, denunciado seis vezes pelo CMLP na sua identidade verdadeira (ou, pelo menos, numa identidade que o CMLP pretende apresentar como verdadeira) para, em seguida, ser denunciado quatro vezes como pertencendo aos Comités Comunistas Revolucionários. E limitámo-nos aqui a apontar os casos mais flagrantes.

Esta actividade é intolerável, e a própria existência da Pide, que é a grande beneficiária de todas estas delacções, deve obrigar as organizações existentes a constituir uma plataforma de acção comum que vise impedir a repetição destes casos. Quanto a nós, estamos prontos a proceder às diligências necessárias para a efectivação deste apelo. A vaga de denúncias a que procede hoje a esmagadora maioria das organizações que se pretendem revolucionárias, revelando oralmente quer o nome de militantes de outras organiza-

ções, quer até os seus próprios locais de implantação, tem efeitos que ultrapassam o âmbito das organizações denunciadas: em primeiro lugar, porque junto com os militantes são denunciados vastos sectores da zona periférica de pontos de apoio e de elementos revolucionários não integrados; em segundo lugar, porque isso contribui para uma desmoralização efectiva do movimento revolucionário em geral. Por isso, não podemos deixar de considerar que uma não-resposta das organizações existentes a este nosso apelo significa, da parte delas, uma cumplicidade com a actividade delatária referida e a sua aprovação.

UMA CISÃO EM GÉRMEN: A UEC

Este estudo paralelo do movimento revolucionário no interior e na emigração permitiu-nos analisar as razões da cisão interior/exterior; cada vez mais estreitamente dependentes das camadas sociais emigradas, as organizações do exterior, nomeadamente o CMLP, são incapazes de se integrarem no movimento revolucionário em Portugal. Esta cisão tornou-se ainda mais nítida pelo facto de o CMLP a ter pretendido superar. Vejamos como.

Até à II conferência, os elementos que compunham a tendência que viria a apossar-se do CMLP mantiveram-se unidos, passando para segundo plano as contradições existentes, visto que todos tinham o mesmo objectivo imediato — apoderarem-se em comum da direcção da organização. Esta precária unidade possibilitou um reforço do autoritarismo dentro do CMLP. Antes que esse autoritarismo contribuisse, como vimos, para acelerar o agravamento das contradições e a desagregação da organização, ele permitiu, durante o período relativamente curto

em que a unidade anterior à II conferência durava ainda após a realização desta, um renascer da iniciativa e da capacidade de acção. Desta conjuntura resultou a última tentativa do CMLP para se ligar ao interior: a criação da UEC (União dos Estudantes Comunistas).

A UEC corresponde, por um lado, à necessidade para os espontaneístas do CMLP de tentarem manter o proletariado no seu atrazo ideológico, isolando do movimento operário os estudantes comunistas, que deveriam estar precisamente entre os portadores da teoria comunista para o movimento operário mediante a sua ligação orgânica com a vanguarda operária. Ligar os estudantes comunistas ao movimento operário é, para o CMLP, dar "azo ao paternalismo dos intelectuais em relação aos operários", favorecer "as infiltrações policiais na organização operária através dos seus 'amigos' intelectuais", "invadir o meio operário do lixo intelectual" (36). Como de costume, sob uma linguagem muito "pura" e "radical", reside um único objectivo, o de alimentar o atrazo ideológico do movimento operário, o de impedir a ligação da teoria socialista com o movimento operário, o de conservar o movimento operário no seu espontaneísmo limitadamente sindical. Queremos deixar bem clara uma questão: as frases que acabamos de citar são empregues pelo CMLP em polémica contra "A Vanguarda". Para "A Vanguarda" não se trata de unir a teoria comunista ao movimento operário através da ligação organizada dos estudantes comunistas com a vanguarda operária, mas sim de constituir plataformas que englobem massas estudantis e massas trabalhadoras (37), e nas quais a classe operária não poderia manter a hegemonia, por não dispôr da organização comunista da sua vanguarda. Na 4ª parte deste artigo criticaremos mais demoradamente esta concepção, comum a várias organizações pequeno-burguesas. Mas o que é necessário notar é que o CMLP não se limita a atacar a concepção

ção incorrecta de "A Vanguarda". O CMLP confunde as posições oportunistas de "A Vanguarda" com a linha comunista para a criação do partido, que consiste em ligar organizacionalmente a vanguarda operária e os portadores da teoria marxista, entre eles os estudantes comunistas, ou seja, em unir a teoria comunista com o movimento operário. O CMLP ataca a ligação organizada dos estudantes comunistas com a vanguarda operária. Aquilo a que o CMLP efectivamente se opõe é à organização da vanguarda operária segundo a teoria comunista. Não é uma posição nova. Já setenta anos atrás, Lenine se batia contra ela. Talvez a citação seja grande, mas é que são maiores ainda as asneiras, a cretinice e a demagogia dos nossos dogmáticos. "Não é de um comité de estudantes que precisamos. Comités desses são instáveis". É exacto. Mas o que se deduz daqui é que precisamos de um comité de revolucionários profissionais, operários ou estudantes, pouco importa, eles saberão fazer a sua educação de revolucionários profissionais. Enquanto que a vossa conclusão, é que não se deve estimular do exterior o movimento operário! Na vossa ingenuidade política, nem sequer reparais que deste modo fazes o jogo dos nossos 'economistas' e dos nossos métodos artesanais. Deixem-me que vos pergunte: como é que os nossos estudantes 'estimularam' os nossos operários? Sòmente levando-lhes os poucos conhecimentos políticos que eles próprios tinham, os fragmentos de ideias socialistas que tinham podido recolher. (...) Não houve de masiados, mas pelo contrário demasiado poucos, escandalosa e vergonhosamente poucos, desses 'estímulos do exterior' no nosso movimento; porque até aqui só nos fechámos na nossa concha, só nos inclinámos com demasiado servilismo perante a elementar 'luta económi

ca dos operários contra o patronato e o governo'. Nós, revolucionários por profissão, devemos ocupar-nos com vezes mais desses 'estímulos', e ocupar-nos-emos. Mas, precisamente porque empregais essa odiosa expressão de 'estímulo do exterior', que inspira inevitavelmente ao operário (pelo mesmo a um operário tão pouco desenvolvido como vós próprios o sois) a desconfiança para com todos aqueles que lhe levam do exterior os conhecimentos políticos e a experiência revolucionária, e suscita nele o desejo instintivo de mandar passear todas essas pessoas, — mostrais a vossa demagogia. Ora, os demagogos são os piores inimigos da classe operária" (38).

Se o culto da espontaneidade no movimento operário explica porque é que os dirigentes oportunistas do CMLP pretendem isolar da vanguarda operária os estudantes comunistas, não explica porque é que, ao decidirem uma última tentativa de radicalização no interior, é precisamente no meio estudantil que vão procurar penetrar. É que as características específicas do meio estudantil, que possui nas Associações de estudantes autênticos sindicatos legais, garantem uma maior liberdade de movimentos. Ora, como sob as condições ferozes da repressão no nosso país só a vanguarda operária possui a homogeneidade e a coesão bastantes para fundamentar uma organização clandestina durável, o CMLP, que representa os interesses de outras camadas sociais e está inteiramente isolado da vanguarda operária, é incapaz por si de manter com durabilidade tal organização clandestina e tem por isso de procurar apoiar-se no meio estudantil.

Mas, na medida em que os estudantes comunistas só são verdadeiramente comunistas — e isso é mais claro do que nunca no momento actual — se se ligarem orgânicamente à vanguarda operária, a UEC, cuja função é precisamente a de impedir tal ligação, de forma alguma agrupa os estudantes comunistas. A UEC organiza os elementos com uma ideologia pequeno-burgue

sa, que reflectem as actuais posições políticas de certas camadas da pequena-burguesia dos "serviços", as quais referiremos com pormenor na continuação desta série de artigos. Alguns desses elementos poderiam talvez ter tido uma acção positiva e evoluir num sentido autenticamente revolucionário se fossem conduzidos por uma direcção comunista, no sentido de se ligarem à vanguarda operária. Mas, como o não são, a sua degenerescência accentua-se e o seu carácter pequeno-burguês revela-se cada vez mais nitidamente. Esta degenerescência da UEC é particularmente clara se observarmos a base social que a sustenta. Aquando da sua criação, recebia o apoio de certos meios estudantis revolucionários em corte nítido com tradições burguesas familiares, de que procuravam libertar-se. Hoje, a UEC é apoiada por estudantes que nada têm de revolucionário e que reflectem na sua ideologia e no seu comportamento certos valores da grande burguesia. Simultaneamente, as posições da UEC quanto ao movimento sindical estudantil, que a todo o custo procura isolar da luta operária e do vasto movimento revolucionário, seguem hoje claramente uma linha reformista e ultra-legalista que se confunde com frequência com a preconizada pelo partido revisionista.

NOTAS

(1) A FAP (Frente de Acção Popular) foi fundada em Janeiro de 1964 por vários elementos revolucionários dissidentes do partido revisionista e englobava diversas correntes revolucionárias. O CMLP (Comité Marxista-Leninista Português) foi criado em Abril de 1964, existindo inicialmente sob o nome "Comité Marxista-Leninista 'Revolução Popular'". Destinava-se, em princípio, a ser uma organização autónoma da FAP, enquadrando unicamente elementos comunistas mas, na realidade, ambas as organizações se fundiam numa só. Contrariamente à FAP, que se extinguiu nos princípios de 1966, o CMLP prossegue hoje a sua actividade, embora tendo atravessado um processo de degenerescência que lhe deu características anti-marxistas. A FAP-CMLP foi analisada na 1ª artigo desta série; a evolução e a degenerescência posterior do CMLP foi objecto do 2ª artigo.

Reflectindo as condições específicas de certas camadas da pequena-burguesia em Portugal, a UEC possui uma base social inteiramente divergente da do CMLP. Esta divergência agravar-se-á ainda pelo facto de a pequena-burguesia tender para uma disciplina de tipo federalista-democratista, enquanto que o CMLP, como vimos, procura manter uma disciplina de tipo militarista-autoritarista. Daqui se gerou uma incompatibilidade absoluta entre a UEC e o CMLP. Será esta a origem da cisão que se cava entre o CMLP e a UEC, que dá hoje já os seus frutos. E assim, esta derradeira tentativa do CMLP para se radicar no interior vem revelar de modo ainda mais flagrante que as organizações directamente saídas da antiga FAP-CMLP estão fundamentalmente condenadas a manterem-se isoladas do movimento revolucionário em Portugal.

E a UEC? Acabará por ser assimilada por outras organizações da pequena-burguesia, que representam a mesma tendência geral e que prosseguem os mesmos fins. Mas isto já não é a história do passado, mesmo recente. É o presente e será o futuro nos próximos anos.

§

§

§

(2) Além destes, existiu um ou outro grupo mais ou menos organizado, com a tarefa de assegurar passagens de fronteira, etc. Mas estes grupos tinham características qualitativamente distintas, pois que se destinavam somente a auxiliar com certas tarefas técnicas a actividade dos comités. Por isso, pertencem mais à zona periférica dos pontos de apoio do que propriamente ao centro do movimento revolucionário. Esta a razão por que os não consideramos aqui.

(3) O proletário nº 6-7, Janeiro-Fevereiro de 1968, p.13, 1ª col.

(4) Portugal 1968, um ponto morto?, Maio de 1968, p.28 (ed. a álcool)

(5) A I conferência do CMLP, realizada em fins de 1966, princípios de 1967, estabeleceu uma plataforma de conciliação ultra eclética entre as diversas tendências reinantes no interior da organização. Analisámos no artigo anterior as suas origens e o seu significado.

(6) Ver O novo militante nº1, p.15 e Décisions fondamentales de la 1ère conférence du Comité marxiste-leniniste portugais (C.M.L.P.), "Résolution sur les rapports entre les noyaux m.-l. (comités comunistes) appartenant au C.M.L.P."

(7) Além dos quatro comités estudados, convém ainda referir o facto seguinte: De Outubro-Novembro de 1967 até Fevereiro de 1968, actuou em Portugal um chamado "movimento marxista-leninista português". Tratava-se de uma organização devida à iniciativa da Pide, e por esta controlada, que tinha por objectivo aproveitar-se do refluxo revolucionário para contactar militantes dispersos, lançando-os em trabalhos provocatórios, denunciando outros militantes que aceitassem ser recrutados, etc. Esse "movimento" estava particularmente radicado no Porto e em Santarém. Junto com alguns militantes de boa-fé, que ignoravam tratar-se de um trabalho provocatório, incorporava um maior número de provocadores. Rápidamente desmascarada a manobra, a Pide com grande aparato dissolveu o "movimento", procedendo a muitas prisões, de que poucas tiveram seguimento, e fazendo grande número de buscas. Depois de um período de repouso, esses provocadores tentam, de há algum tempo para cá, infiltrar-se em outras organizações, quer em Portugal quer na emigração, convencidos que estão da fraca memória dos revolucionários da nossa terra... Podem estar certos, no entanto, que o organismo de segurança dos CCR os não perde de vista e segue as suas actividades.

(8) A LUAR (Liga de União e de Acção Revolucionária) era um grupo activista constituído por elementos pequeno-burgueses, parte dos quais estivera ligada ao general Delgado ou a Henrique Galvão. No artigo anterior analisámos o processo de aproximação entre esta tendência e a LUAR.

(9) Entre os grupos que passaram a circular na órbita de "O Comunista" contam-se os redactores de um péssimo jornal chamado A voz do povo. Não mereceriam qualquer referência, senão por uma descoberta que talvez os venha a celebrar! Na ânsia de encontrar os sintomas da luta armada, os nossos "guerrilheiros" descobriram, sabem o quê? Que os tradicionalistas passaram à luta armada contra... Marcelo Caetano! "... as forças políticas dos latifundiários e do capital nacionalista, as mais reaccionárias da sociedade portuguesa, já organizadas em comandos terroristas no tempo de Salazar, entraram na fase de luta aberta contra o governo de transição de Caetano.(...) Em suma, a extrema-direita fascista, desalojada do governo após a entrada de Caetano não hesita em recorrer à luta armada

para readquirir os antigos privilégios do tempo de Salazar" (A voz do povo nº7, Fevereiro de 1970, p.3; sublinhado no original). Na página seguinte dizem: "Dispôr de amigos em Portugal que nos comunicam as novidades mais importantes com os comentários que se impõem é a melhor maneira de não perder demasiado o contacto com a realidade nacional". Também achamos. Faça amigos, "Voz do povo", faça amigos...

(10) Documento interno nº1, Outubro de 1969, p.1

(11) Núcleo jornal "O Comunista" — Relatório de orientação pela resistência popular, p.6, sublinhados nossos; ver as mesmas ideias nas pags. 11-12.

(12) O Comunista nº4, Novembro de 1969, p.2, 2ºcol.; p.3, 1ºcol. O que não os impede de, no mesmo artigo, atribuir a mesma consciência política também àqueles que votaram! — "... a vontade de agir é tanta, que até o voto aparecia como arma revolucionária" (id., p.2, 2ºcol.). Como as publicações que vamos referir de agora em diante são de acesso mais ou menos fácil ao leitor mais politizado, limitaremos o número de citações, dando no entanto as referências, para não sobrecarregar o texto nem o alongar demasiado.

(13) LENINE, Que fazer?, 1902, em Obras, Paris-Moscovo 1965, vol.V, pags.382 e 391; sublinhados no original.

(14) Face à vaga de delações em que hoje se afunda uma boa parte das organizações que se pretendem "revolucionárias", "O Comunista" salienta-se declarando, muito correctamente: "Lembramos ainda que a publicação de nomes, verdadeiros ou pseudónimos, de militantes é uma verdadeira denúncia à polícia" (O Comunista nº9, Março de 1971, p.4, 2ºcol.). Concor damos inteiramente com esta atitude, que guia a nossa organização desde o primeiro dia da sua existência. E acrescentamos que não só a publicação escrita constitui uma denúncia, mas também a divulgação oral, mais hipócrita e torpe ainda, se possível. É por isso que não referimos nem o pseudónimo deste dirigente, nem o título do documento citado.

(15) pags.4, 2ºcol. - 5, 1ºcol.

(16) O Comunista nº9, Março de 1971, p.4, 1ºcol. Ver a mesma ideia por exemplo no nº7, pags.8-14 e, em geral, em todo esse artigo; e também no nº8, p.4, 2ºcol.

(17) O Comunista nº4, Novembro de 1969, p.2, 1ºcol.; ver também a 3º col.

(18) id., p.2, 1ºcol.

(19) "Não está fora da linha da ASP o apoio a golpes de violência...", O Comunista nº4, p.1, 2ºcol.; sobre a incompreensão do "marcelismo", considerado como uma pura tática, ver também O Comunista nº1, p.1; nº4, p.2; nº5, p.1; nº6, p.2; nº9, p.2.

(20) Ver A luta contra a linha liquidadora do "núcleo dirigente" eleito na 2ª conferência do CMLP, Fevereiro-Março de 1969, pags.82-83; e Vanguarda nº1, Dezembro de 1969, pags. 2 e 10.

(21) Esta II conferência realizou-se em Novembro de 1968.

(22) "Eliminemos radicalmente o revisionismo e todos os oportunismos para reconstruir o partido comunista marxista-leninista", Documentos rela-

do movimento político, manifesta uma indiferença geral pela "política"?

(26) "... existem em grande número comunistas 'já feitos', junto dos quais ainda não foi feita a luta anti-revisionista" (Estrela Vermelha nº2, Março de 1969, p.29); ver também a p.30; Servir o Povo nº4, s.d., p.5.

(27) "Quando os operários desencadeiam uma luta económica em Portugal fascista, daí vem-lhes geralmente uma consciência política. A resposta que recebem, geralmente é-lhes dada pela G.N.R." (Estrela Vermelha nº1, Janeiro de 1969, p.31; sublinhado nosso).

(28) Estrela Vermelha nº3, Agosto de 1969, pp.6-7. Ver também: Estrela Vermelha nº1, Janeiro de 1969, pp.15 e 19-20; Unidade Popular nº4, Setembro de 1969, p.1, 1ºcol.; p.2, 3ºcol.; Unidade Popular nº5, Novembro de 1969, p.2, 3ºcol.; Revisionismo em nova embalagem, 1970, pp.14-15.

(29) Unidade Popular nº9, Fevereiro de 1971, p.1, 1ºcol.

(30) Em frente para a reorganização do partido!, Maio de 1970, p.12. Ver também Estrela Vermelha nº4, Dezembro de 1969, pp.2 e 14. As nossas críticas em Viva o Comunismo! nº1, Fevereiro de 1970, "As eleições da burguesia e as tarefas do proletariado".

(31) Ver Estrela Vermelha nº1, Janeiro de 1969, p.24; Estrela Vermelha nº2, Março de 1969, p.24; O novo militante, nº especial para o exterior, Agosto de 1969, p.2; Unidade popular nº4, Setembro de 1969, p.2, 2ºcol.; Estrela Vermelha nº4, Dezembro de 1969, pp.9-11; Servir o povo nº4, s.d., pp.5 e 6; Sobre uma manobra de diversão (o "M.R.P.P."), Março de 1971, p.2.

(32) Projecto de programa, Março de 1970, pp.59-63; parcialmente reproduzido em Servir o povo nº4, s.d., pp.10-11. Mais haveria a dizer desta "análise" de classes, as quais devem ser tão densas que a sua soma, segundo as contas do CMLP, ultrapassa os 100%. Mas já vimos que também as estatísticas não são o forte do CMLP. Limitamo-nos aqui unicamente às críticas fundamentais.

(33) Estes aspectos são constantes de todas as "análises" políticas do CMLP, mas pode ver-se nomeadamente a Estrela Vermelha nº3, Agosto de 1969, pp.3-18; O novo militante nº4, Agosto de 1969, p.4, 2ºcol.; Unidade popular nº4, Setembro de 1969, p.1, 2º-3ºcol.; projecto de estatutos, 1969, p.8; Servir o povo nº2, Novembro-Dezembro de 1969, pp.2, 2ºcol, e 8, 1ºcol.; projecto de programa, pp.56-57; Em frente para a reorganização do partido Maio de 1970, pp.7-9. É importante explicar o seguinte: a criação da ASP obedeceu à necessidade, por parte da pequena-burguesia "tecnocrática", de fundar um partido político próprio. Mas, como a sua criação data de 1967, quando os fenómenos que se clarificariam no "marcelismo" não apareciam ainda delineados com precisão, a ASP englobava, além de representantes da "tecnocracia", elementos da média e pequena indústria e certos médios proprietários rurais semi-feudais, geralmente exercendo profissões liberais. No entanto, o aspecto fundamental da sua política era a defesa dos interesses da "tecnocracia", porque era esse o elemento novo e mais pujante. Por outro lado, é sugestivo que a maior parte dos dirigentes da ASP representantes dos interesses tecnocráticos pertencessem a profissões não tecnocráticas; este fenómeno é típico de todas as classes, ou grupos sociais, em ascensão, que produzem os seus primeiros dirigentes em outras classes. A cri

ação da SEDES complicou um tanto a classificação da ASP, visto que lhe retirou a base "tecnocrática", à qual oferece um aparelho mais eficiente porque já aliado com o governo, e deixou à ASP certas "profissões liberais" em perda de importância (nomeadamente o sector jurídico) e uma média burguesia emigrada (França e América do Sul); daí, as linhas contraditórias que se debatem na ASP de hoje, cada uma querendo-a reconverter segundo os seus interesses.

(34) O Comunista nº9, Março de 1971, p.3, 1º col.

(35) Os efeitos da degradação ideológica na linguagem e no raciocínio podiam ter aqui uma larga lista de exemplos. Basta-nos um, que merecerá figurar nos anais da literatura política portuguesa sob o título de "A História da Sopa". Contra um elemento que acusa de pertencer a "A vanguarda", escreve o CMLP: "O desprezo desta intelectual burguesa pelos trabalhadores vem a nu na sua actividade quotidiana: Não fazemos como a oportunista X (o CMLP escreve o seu pseudónimo, o que, por certos motivos, nos parece incorrecto) que, sendo-lhe pedido por um trabalhador para provar a comida, tira um pouco de caldo com a colher já servida, a única que existe e, depois de fingir que prova, deita para o chão. O trabalhador presente, compreendendo isto, insistiu longamente para que ela o provasse, se bem que ela dissesse que já o tinha feito, e que 'a comidinha está muito saborosa' " (Na vanguarda do oportunismo e da trapalhice, Abril de 1969, p.8).

(36) Servir o povo nº4, s.d., p.17. Ver também o projecto de estatutos, 1969, p.9.

(37) Ver Vanguarda nº1, Dezembro de 1969, pp.36-37.

(38) LENINE, Que Fazer?, 1902, em Obras, Paris-Moscovo, 1965, vol.V, pp.473-474; sublinhados no original.

(34) O Comunista nº9, Março de 1971, p.3, 1acol.

AVISO AO LEITOR

(35) Os efeitos de desordem ideológica no movimento revolucionário são evidentes. Basta-nos um, que merecerá o título de "A Vanguarda".

A grande extensão que assumiu a quarta e última parte desta série de artigos impede-nos de a incluirmos neste número. Estamos conscientes de que, por um lado, este atraso na crítica e desmistificação das várias organizações que se pretendem comunistas mas que, na realidade, não passam de instrumentos ao serviço dos interesses de certas camadas da pequena-burguesia (referimo-nos à EDE-MRPP, ao CML de P, à URM-1 e quejandos) não deixa de ser prejudicial, dificultando a muitos leitores a compreensão da situação actual do nosso movimento revolucionário. Mas, por outro lado, o facto de um jornal clandestino ser demasiado volumoso levanta dificuldades técnicas dificilmente superáveis. Pesadas estas duas questões, optámos pela solução aqui seguida. Tentaremos remediar os seus inconvenientes, publicando no mais breve prazo possível o quarto e último artigo desta série, sobre a situação actual do movimento revolucionário.